

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
MERENDA**

**PRESIDENTE  
ADILSON ROSSI - PSB**

**24.08.2016**

**CPI - MERENDA****24.08.2016**

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a reunião o Sr. Adilson Rossi.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de “apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais nos contratos firmados por empresas e cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízos ao erário”.

Gostaria de registrar aqui a presença dos nobres deputados Estevam Galvão, relator desta CPI, deputado Carlão Pignatari, deputado Barros Munhoz, deputado Delegado Olim, deputado Alencar Santana e deputada Beth Sahão.

Esta Presidência gostaria de solicitar ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço que seja dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura da ata da reunião anterior. Hoje, nós teríamos a oportunidade de ouvir o Sr. Cassio Chebabi, o Sr. Aluisio Girardi Cardoso, o Sr. Adriano Miller Aparecido Gibertoni, o Sr. Nilson Fernandes e a Sra. Patrícia Figueira Pessoa Lima.

Gostaria de informar V. Exas. que temos em mãos duas justificativas: uma é da Sra. Patrícia Figueira Pessoa Lima, que enviou um e-mail para a nossa CPI dizendo estar sem condições financeiras para se deslocar até a Capital de São Paulo. Ela justifica que está desempregada e não reúne condições financeiras para se deslocar até a Capital

de São Paulo, informando que não comparecerá a esta CPI. Mas, se coloca à disposição da CPI para ser ouvida por carta precatória na cidade de Bebedouro.

Tenho também em mãos aqui uma justificativa do Sr. Aluisio Girardi Cardoso, que também deveria ser ouvido hoje. Ele justifica sua ausência, mas se coloca à disposição para ser ouvido em outra data, dizendo não haver condições de comparecer à reunião de hoje. No entanto, está à disposição da CPI para ser ouvido entre os dias 29 de agosto e 2 de setembro.

Coloco à apreciação de V. Exas. essas duas justificativas, a da Sra. Patrícia e a do Sr. Aluisio Girardi Cardoso.

Quero também registrar a presença aqui do nobre deputado Chico Sardelli

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uma comunicação. A CPI normalmente está sendo às terças-feiras. Na semana que vem eu não estarei aqui na terça. Eu gostaria que, se pudéssemos, se fosse consenso de todos, deixássemos para quarta-feira da semana que vem a próxima reunião da CPI, e não na terça. Se não houver inconveniente para nenhum dos deputados, eu gostaria que...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputado Carlão Pignatari, a reunião já foi convocada para quarta-feira da próxima semana. Já está convocada, o presidente já a convocou para quarta-feira. Portanto, fica contemplado o pedido de Vossa Excelência.

Tenho em mãos um pedido do Sr. Adriano Miller Aparecido Gibertoni Mauro, que já está presente e deverá ser ouvido hoje. Ele pede para que o seu depoimento seja feito em sessão reservada.

Ele entregou aqui seu requerimento e eu gostaria de colocá-lo à apreciação dos nobres deputados. A justificativa é que ele está pretendendo fazer um acordo de delação premiada. E se o depoimento dele fosse aberto hoje, ele seria prejudicado nessa intenção de fazer essa delação premiada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A delação premiada que ele está propondo ele propôs para os promotores lá de Bebedouro, é isso?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Perfeitamente.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Cumprimento o presidente, cumprimento todos os deputados aqui, servidores que estão acompanhando, a imprensa presente, o público.

Sobre esses três, tem duas justificativas anteriores da Sra. Patrícia e do Sr. Aluisio Girardi. O Sr. Aluisio citou a possibilidade de vir semana que vem. Acho que temos que remarcar a vinda dele.

A Patrícia foi citada semana passada por um dos depoentes, não lembro qual. Seria importante que ela também viesse. Tem que ver de que forma a comissão... se tem como resolver essa questão, que ela está dizendo que não tem condições financeiras de estar aqui.

Mas é importante que ela venha depor. Se essa for a razão, de repente até um carro da Alesp pode fazer esse deslocamento dela para cá. Sobre o Adriano, se for essa a razão, de nossa parte, eu acho oportuno, já que ele está aí, que ele seja ouvido. Acho que ele pode trazer informações importantes à CPI.

Se ele está prestes a fazer uma delação premiada com esse risco de isso acabar atrapalhando, prejudicando, ele e o próprio processo de investigação no Ministério Público e na Justiça. Então, de nossa parte, não há problema.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - É bom aclararmos aqui que o depoimento dele em sessão reservada não significa dizer que necessariamente o depoimento dele seja sigiloso. Eu não sei.

Registro a presença aqui do nobre deputado Coronel Camilo.

Bom, então eu coloco à apreciação de V. Exas. se nós podemos colher o depoimento do Sr. Adriano de forma reservada. Se há consenso, então assim que ele for chamado aqui para o plenário, nós vamos pedir que o depoimento seja feito de forma reservada.

O Sr. Nilson Fernandes está presente.

Seguindo aqui a nossa relação de oitivas de hoje, convidamos o Sr. Cassio Chebabi. Peço que ele seja conduzido aqui para o plenário, para nós já colhermos o depoimento dele.

Conforme foi acordado nas reuniões anteriores, vamos determinar que seja dado o período de uma hora, a partir do momento em que o depoente começar a usar da

palavra, para que as inscrições sejam feitas. Dentro dessa uma hora, os deputados que desejarem usar da palavra poderão fazer suas inscrições.

Com relação à questão colocada aqui pelo deputado Alencar Santana, da Sra. Patrícia, acho que a comissão, depois, deve estudar se há uma maneira de trazermos a Sra. Patrícia aqui para prestar o seu depoimento.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor sabe se nós podemos pedir para um carro ir buscá-la?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Pode. Eu acho que deveríamos acertar com ela a data em que ela pode vir e enviaremos o carro para conduzi-la até aqui, buscá-la e levá-la de volta. Nós trazemos e deixamos.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a V. Exa. para dar uma controlada nesse ar condicionado, que está muito gelado aqui.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Já foi solicitado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Estou de acordo, tendo em vista a idade avançada, propecta, do deputado Chico Sardelli. Então, eu concordo.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Esta Presidência gostaria de informar a V. Exas. que começa a contar agora o prazo para inscrição dos deputados que vão utilizar da palavra. Portanto, são 9 horas e 25 minutos, arredondando aqui, até as 10 horas e 25 minutos. Já dei dois minutos de ...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Sr. Presidente, primeiramente parabéns hoje, como presidente. Quero perguntar se ele vai ter os 10 minutos para falar.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Quem vai ter?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - O Sr. Chebabi.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Vai, vai ter, sim.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB -** Gostaria de registrar aqui a presença da nobre deputada Marcia Lia. Antes de ouvirmos o Sr. Cassio Chebabi, gostaria de solicitar, para o bom andamento da nossa reunião, que o advogado se identificasse, trazendo o seu nome, sua OAB, para que fique registrado na nossa Ata.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO -** Perfeito. Bom dia, ilustre presidente desta reunião, deputado Adilson Rossi. Bom dia aos ilustres demais deputados. Meu nome é Ralph Tórtima Stettinger Filho.

Sou advogado na comarca de Campinas, inscrito na OAB sob nº 126.739, e represento os interesses do Sr. Cassio Chebabi, seja junto ao Ministério Público Estadual inicialmente, e à Polícia Civil do Estado de São Paulo, e agora, atualmente, junto à Procuradoria da República, no procedimento criminal que por lá tramita. E também o represento aqui nesta reunião.

Se V. Exa. me permitir, nós peticionamos junto a esta comissão, informando que o Sr. Cassio Chebabi encontra-se impossibilitado, por força de lei, de se manifestar em qualquer outra esfera, que não a esfera investigatória e judicial.

Por quê? Porque foi firmado um acordo de colaboração, de delação, junto ao Ministério Público. Esse acordo foi o primeiro acordo realizado. Foi o único acordo homologado judicialmente. Ou seja, em razão de cláusulas previstas nesse acordo, dentre elas a de confidencialidade, ele fica impedido de prestar informações e esclarecimentos a respeito dos fatos. Não obstante, há nos autos decretação de sigilo, inclusive com a proibição, a vedação do compartilhamento de informações.

Se V. Exas. requererem informações ao Juízo federal, que hoje coordena e responde por essa investigação, muito provavelmente não será dado acesso às informações, em razão desse sigilo.

Então, nós ficamos aqui numa condição bastante difícil, até com interesse de colaborar com esta prestigiosa Casa, e com o importante e relevante trabalho dos ilustres deputados. Mas se nós violarmos o acordo firmado, colocamos em risco a delação do Sr. Cassio.

Os senhores, por evidente, têm presenciado, presenciaram na data de ontem e de hoje, a imprensa nacional dando destaque ao que ocorreu, ao que está ocorrendo neste

momento na operação Lava Jato, em que uma das mais importantes delações está em risco exatamente por conta da violação de sigilo.

Então, se eu permito ao meu constituinte que se manifeste nesta Casa, eu coloco em risco o processo de delação. Por que existe essa cláusula de sigilo? Exatamente porque as investigações ainda estão em curso, e toda e qualquer informação que ele venha a prestar, eventualmente diversa, ou que ainda não foi colhida, ou alguma prova nova que ele possa eventualmente se recordar, isso pode trazer prejuízo à apuração que, provavelmente, vai ter seguimento agora com a Polícia Federal.

Com todo respeito a esta Casa, aos ilustres deputados, aos demais presentes, a nossa posição aqui é de que o Sr. Cassio não poderá se manifestar, não poderá prestar esclarecimentos a Vossas Excelências.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nós ouvimos a manifestação do Dr. Ralph, que com certeza tem o seu respaldo jurídico, mas creio que isso não impede a manifestação dos deputados aqui presentes. É uma prerrogativa de cada membro, de cada deputado que está presente nesta reunião, de inquirir, mesmo que não obtenha resposta.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Com todo respeito às colocações do Ralph, brilhante advogado da grande região metropolitana de Itapira, quero dizer que nada impede que o Sr. Chebabi fale sobre aquilo que ele pode falar. Nem tudo o que consta da delação premiada é sigiloso. Esse é o meu entendimento, salvo melhor juízo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E também, ele já não teve a delação dele homologada? Então, o que entendemos é que quando ela se torna homologada, ela se torna pública. Portanto, não há por que ficar em segredo. Nada corre em segredo de Justiça depois que ela foi homologada.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - E aqui é uma espécie de instância investigativa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Exatamente, investigativa, com poderes para isso, a CPI.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Acho que cabe a nós perguntar ao Dr. Ralph se a denúncia já foi recebida.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Não, não existe ainda denúncia oferecida. Estamos ainda em fase investigatória. O fato de haver a homologação é apenas a continuidade, a formalização da delação. Então, isso não abre o sigilo que foi decretado num acordo. Ele permanece vigente.

Com relação à colocação do ilustre deputado Barros Munhoz, conhecedor da matéria, formado pela Universidade de São Paulo, e que muito engrandece esta Casa, nossa posição é que fica difícil nós fazermos uma seleção daquilo que possa ser dito e não possa ser dito, porque todo o contexto está praticamente todo ele ligado aos mesmos fatos. Então, é inviável fazermos uma seleção daquilo que já foi dito e não foi dito, porque tudo foi dito junto às autoridades investigantes.

Nós entendemos que aqui também se está investigando, apurando esses fatos, mas tudo o que o Sr. Cassio tinha a dizer foi dito já ao Ministério Público e à polícia, e os senhores podem tentar o acesso a esse material. Ali estarão todas as provas daquilo que ele conhece e sabe.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Esta Presidência gostaria de registrar a presença do nobre deputado José Zico Prado, deputado Luiz Turco e deputado Jorge Caruso.

Deixo à apreciação de Vossas Excelências.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Concordo com os deputados que falaram, deputado Barros e deputada Beth, de que o Sr. Chebabi poderia falar a esta Casa, discordando do advogado, porque esta Casa também é uma instância de investigação. Estamos numa CPI que tem poder judicial. Não estamos brincando aqui nesta comissão.

O acordo de delação, não estamos querendo saber dos termos do acordo. Queremos saber aquilo que a testemunha, Sr. Chebabi, e como testemunha tem obrigação de falar, tem a dizer sobre os fatos para esta CPI.

Porque se fosse assim, imagine nesse caso o acordo de delação está firmado com quem?



**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Com o Ministério Público Estadual. Depois houve a homologação com o juiz estadual, da comarca de Bebedouro. Posteriormente, em razão da questão da competência, isso foi encaminhado para a Justiça Federal de Ribeirão Preto, e houve já a recepção dessa homologação e todos os atos foram validados pela Justiça Federal.

Apenas, Sr. Deputado, se V. Exa. me permitir, o Sr. Cassio, dentro do contexto, não foi posicionado como testemunha dos fatos, mas como investigado. Ele é um investigado colaborador.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Aqui nós estamos como testemunha.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Portanto, a condição dele é de investigado e, em razão disso também, ele tem o direito ao silêncio, por força de ordem constitucional.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Aqui ele está como testemunha? Até porque não temos, estamos levantando informações. Estamos apurando. Então, não sabemos se ele... mas se ele se declara réu desde já, para nós, alguma coisa existe. Ele mesmo está se colocando nessa condição. Para nós, ele é uma testemunha e, como tal, tem obrigação de falar.

Na Procuradoria de Justiça, há acordo de delação?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Veja bem, o acordo foi recepcionado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Temos duas instâncias investigando esse caso. Temos a Procuradoria de Justiça, no Tribunal de Justiça de São Paulo, que apura para quem tem foro privilegiado.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Perfeito.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E temos agora o que estava em Bebedouro remetido à Justiça Federal de Ribeirão Preto, que apura a questão dos municípios. Onde foi feito o acordo?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - O acordo, veja bem, como o Sr. Cassio não tem foro privilegiado, tudo que diga respeito a ele está em 1ª instância, certo? Então, a homologação foi feita pelo Juízo em 1ª instância.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quando foi feita essa homologação?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - A data precisa eu não me recordo. Mas eu juntei, inclusive, aos autos aqui, eu peticionei juntando inclusive a homologação, já dispõe a uma petição minha. Inclusive, na última reunião, justificando a ausência dele eu forneci toda essa documentação.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Eu consulto a secretaria, se temos essa documentação.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Queria saber a data. Que mês foi?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Não, não. Foi protocolado aqui na Casa mesmo, via protocolo, até para justificar a ausência do Sr. Cassio à última reunião.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas quando foi, o mês?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Do protocolo aqui?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não, não. Da delação. Janeiro, fevereiro, março?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Acho que março.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Olhem só, senhoras e senhores, a contradição e até o absurdo disso.

Além da CPI, temos agora a Justiça Federal e o Tribunal de Justiça. Quer dizer, ele faz uma delação numa instância, e se a outra quiser informação? Quer dizer que se o procurador-geral quiser chamá-lo, para que ele seja ouvido, ele também não falará? Fica uma só instância com esse poder da informação, e nós aqui ficamos tentando adivinhar o que ele porventura tenha falado, ou porventura qual a nossa conclusão sobre a conduta dele, as informações que poderia trazer até nós.

Então, isto aqui é uma instância de investigação. E como tal, tem poder de inquirir a testemunha, para que nos traga informações, até para que possamos concluir de maneira adequada os trabalhos. Senão, ficamos impedidos; uma só instância fica, e nós aqui não podemos sequer fazer uma pergunta e obter resposta, porque está decidida aqui a orientação do advogado, que ele não falará.

O que estranho é que na Corregedoria ele falou. Ele falou. Falou em março. Por isso estou perguntando essa data. Quer dizer, ele fala para a polícia de Bebedouro, fala na Corregedoria, e nesta Casa ele não fala. Isto aqui é um desrespeito não só ao Parlamento, mas à CPI, como fórum de investigação.

Qual a razão, então, que ele fale na Corregedoria, que não tem poder de convocá-lo, porque é um órgão administrativo, de investigação interna, de infração administrativa. Deputado Olim, não vem à CPI, que tem um poder judicial. Não fala aqui. Muito estranho, muito estranho. Muito estranha essa conduta do Sr. Chebabi, de não querer falar à CPI, ele que tem informações importantes para trazer a nós.

Não sei qual a razão de se negar a falar a esta CPI, enquanto fala na Corregedoria. Se compararmos os depoimentos dele na Polícia Civil e na Corregedoria, parece que são de pessoas diferentes. Parece que são pessoas antagônicas. Num depoimento fala “a”, e no outro depoimento fala “b”. Na delação não sabemos o que falou, e aqui ele não quer falar. Parece que são duas pessoas o Sr. Chebabi: Chebabi A e Chebabi B.

Gostaria que o senhor falasse aqui, para nós sabermos, qual o verdadeiro Chebabi. O que falou em Bebedouro, ou o que falou na Corregedoria? É um absurdo o senhor não vir aqui trazer informações até nós, querendo se esconder, o senhor que lesou os agricultores familiares, lesou o Erário, em conluio com um conjunto de pessoas. Prejudicou os estudantes.

E agora não vem a esta Casa trazer informação, negando-se sob uma suposta delação que o impediria. A delação não impede que o senhor fale numa instância judicial.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Para dar celeridade, produtividade a nossa reunião, eu proporia aos nobres deputados que nós fizéssemos aqui as inscrições, e que os deputados usem do tempo que têm ...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Quero apenas fazer uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Só um minutinho, deputada. Deixe-me concluir. Usem do tempo que têm direito, para fazer as suas perguntas, ainda que o depoente não queira respondê-las, mas que fiquem registradas aqui em Ata.

Consulto V. Exas., se podemos utilizar esse expediente. Aliás, acho que podemos utilizar esse expediente, abrir aqui logo a lista de inscrição, para que os nobres deputados usem o tempo de que dispõem, lembrando que os membros efetivos da comissão têm 10 minutos para usar a palavra, e os não membros da comissão, cinco minutos.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Sr. Presidente, ...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu já tinha pedido, por favor.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Deputado Olim, eu passo logo em seguida para Vossa Excelência.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu queria apenas dizer que já que vamos ter um outro depoimento aqui, que será fechado, por pedido da testemunha, por que também não podemos fazer um depoimento fechado do Sr. Chebabi, já que o advogado dele está dizendo que segue em segredo de Justiça, que ele vai ser prejudicado se ele relatar a esta comissão. Esta é uma sugestão.

E a outra sugestão, é que seja compartilhada com a CPI, a delação dele, ou o depoimento que ele fez em outras instâncias também. Que seja compartilhado aqui, caso ele se negue a falar.

Também quero fazer coro à fala do deputado Alencar Santana Braga. É uma falta de respeito com esta Casa e com os membros e deputados desta CPI o fato de a testemunha se negar a falar, uma vez que ele é - e nós sabemos disso - uma das peças-chave para que possamos desvendar e fazer as investigações como elas devem ser feitas.

Portanto, acho que temos que esgotar todas as possibilidades, inclusive sugerindo ao advogado e ao próprio depoente que possamos realizar esta reunião, se for o caso, de forma fechada.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Irei conceder a palavra ao nobre deputado Delegado Olim e, em seguida, já iremos entrar na lista de inscritos.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Sr. Presidente, pelo que eu vi, ele veio com um advogado competente. Aliás, eu o parabenizo. Nós iremos perder tempo, porque ele não irá falar. Apenas o advogado irá falar. Ficaremos aqui o tempo todo perguntando e falando sozinhos.

Por mim, eu já o dispensaria e começaria a ouvir outras pessoas. Ele não irá falar, ele já veio preparado. Iremos perder tempo e eu não estou aqui para perder tempo.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputado, a Presidência concorda com o que V. Exa. acabou de expressar, mas eu não posso tolher a liberdade dos nobres deputados que desejam usar a palavra.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Era só para eles ouvirem. Só dei a minha opinião.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Muito obrigado, deputado Delegado Olim, que é experiente nessa área e traz uma contribuição importantíssima para esta comissão.

Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz, que já está inscrito para usar o seu tempo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu só queria fazer um comentário preliminarmente. Eu até me exaltei mais do que o normal quando constatei a

prevaricação havida na apuração de todos esses fatos por parte dos delegados e dos membros do Ministério Público de Bebedouro e de Ribeirão.

Estou vendo o termo de declarações do Sr. Chebabi na Polícia Civil do Estado de São Paulo, em que estavam presentes o delegado Mário Gonçalves, o promotor Herbert de Souza Oliveira e o promotor Leonardo Romanelli. Esse depoimento é de 21 de janeiro de 2016.

Nele, o Sr. Chebabi diz exatamente o seguinte: “Nessa época, como as prefeituras recebiam esses recursos e deveriam utilizá-los, caso contrário a verba era restituída ao governo federal, as prefeituras precisavam da gente, ou seja, contratavam uma cooperativa ou pediam a verba, comprometendo o repasse do ano seguinte”. Então, desde janeiro - e eu quero deixar isso bem claro - já era de conhecimento...

Aliás, antes disso, os delegados e promotores já sabiam. Todo mundo sabe que essa verba é federal. Eu tenho um relatório do Tribunal de Contas que mostra que 92% das verbas distribuídas às prefeituras e ao Governo do Estado eram federais. Aliás, ao Governo do Estado eram 100 por cento.

As verbas que foram utilizadas para os convênios do Estado - Secretaria da Educação com a Coaf - eram do governo federal, 100 por cento. Não havia nem um tostão do Estado. É muito bom que se frise isso, nem um tostão do Estado. Eram verbas federais.

Quero lamentar profundamente esse expediente da delação premiada. Hoje, quem não quiser mais ser averiguado no Brasil faz uma delação. É ao que estamos assistindo neste momento. Os poderes de investigação das CPIs, tão cantados em prosa e verso, não existem. Faz-se uma delação. Essas apurações vêm desde janeiro. Se não me falha a memória, estamos no dia 24 de agosto, e até agora nada, absolutamente nada. Ou seja, são oito meses jogados fora.

E vai para lá, vem para cá, bate para cá, bate para lá, chuta para cá, rebate lá, e ficamos aqui. A imprensa fica falando da merenda do Alckmin, merenda de não sei o quê. É merenda de Bebedouro, merenda de verba federal. É isso que precisa ficar bem claro.

Estamos vendo aqui esse tipo de comportamento. Com todo respeito, doutor, acho que o senhor está fazendo, brilhantemente, o seu papel. O senhor é um brilhante advogado, mas lamento profundamente. É por isso que a corrupção campeia no nosso querido Brasil.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Vossa Excelência já vai utilizar o seu tempo de cinco minutos?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Posso utilizar o meu tempo. Só queria rebater a fala do deputado Barros Munhoz. Em primeiro lugar, para nós, não importa se a verba é municipal, estadual ou federal. O que estamos investigando aqui é a corrupção, o superfaturamento e as pessoas que meteram a mão no dinheiro sagrado da merenda dos estudantes. Ponto. (Manifestação dos presentes.)

O que estamos investigando aqui é este senhor. Eu fico muito indignada com isso. Como pode uma pessoa vir aqui, com a maior cara de pau, desculpem-me, e não falar com esta CPI, se negar a falar. Isso é mais do que desrespeito, é como se eles estivessem ironizando conosco. E não só conosco, mas com os estudantes, com a população paulista, com a imprensa, com todo mundo. Por que veio? Não viesse, ficasse lá e mandasse uma justificativa. Vir aqui é como se nos afrontasse. Acho isso uma vergonha.

Deputado Barros Munhoz, quando vem a verba, ela é repassada para o Estado e para as prefeituras, então a obrigação da fiscalização e do bom uso do dinheiro público é de quem recebe esses recursos e não de quem os envia. O governo federal - nós sabemos disso, seja quem for que estiver na Presidência da República - não dispõe de condições para fazer a fiscalização, infelizmente. Não tem funcionários suficientes, seja o governo da Dilma, do Lula, do Fernando Henrique ou do Temer.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Vossa Excelência me concede um aparte?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pois não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Se V. Exa. conhecesse a estrutura da AGU, iria saber que o governo federal...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Conheço, deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Talvez o seu irmão tenha sido fiscalizado como eu fui e como todos os prefeitos do Brasil são, minuciosamente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Deputado Barros Munhoz, V. Exa. sabe que a estrutura da AGU sorteia cidades para investigar, porque ela não tem condição de investigar os 5.545 municípios do País. Ela sorteia. É seletivo, é uma amostragem que ela faz. Vossa Excelência sabe disso, já foi prefeito e sabe disso. Portanto, é aleatória a forma de investigação, porque não há recursos humanos suficientes para poder fazer essa investigação.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Vossa Excelência me concede um aparte?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Dou o aparte.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Acho que a discussão não é se o recurso é aqui, é ali ou acolá. Temos que ver para quem foi o dinheiro.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Justo. É isso que estou dizendo, deputado Carlão Pignatari.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Estamos aqui patinando. Se o advogado está dizendo que ele não irá falar, iremos ficar perdendo tempo. Vamos ouvir a outra testemunha e depois a próxima. Lá na frente, depois que for homologada e adjudicada, depois que as provas forem mostradas, nós podemos convidá-los para vir aqui novamente. E ele virá. Acredito que virá, já se dispôs a vir.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Com toda a certeza.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Vamos tocar isso e ouvir os próximos. Vamos continuar os nossos trabalhos. Poderíamos fazer esse acerto, deputada Beth Sahão, para que não fiquemos aqui discutindo. A discussão não é se é muito, pouco, mais ou menos. Não é isso.



Além de todas essas pessoas que foram ludibriadas, há os agricultores familiares, que foram usados para o enriquecimento de algumas pessoas. Também queremos saber sobre isso. Devemos ter serenidade e tocar este processo para frente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sim. Apenas para concluir, eu lamento muito que ele - na qualidade de uma pessoa importante para nos trazer informações, como colocou o deputado Alencar Santana Braga, que seriam relevantes para o nosso processo de investigação - se negue a falar.

Peço, mais uma vez, a sensibilidade do advogado do Sr. Chebabi para que, quem sabe, pode convencê-lo a responder a esta comissão.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputada Beth Sahão, irei conceder a palavra ao Dr. Ralph. Logicamente, ele irá afirmar se o seu cliente vai falar ou não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Só um minuto, deputado Alencar Santana Braga. Já passo a palavra para Vossa Excelência.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, só para dizer que eu havia feito uma solicitação para que ele falasse em sigilo, em reunião fechada. Por isso, gostaria de saber se ele pode falar em uma reunião fechada.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputada Beth Sahão, a reunião reservada não garante o sigilo do depoimento.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A reunião secreta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - A reunião secreta seria um outro pedido, porque a reunião reservada não garante que o depoimento será sigiloso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, eu só queria que V. Exa. pudesse inquiri-lo para saber da disponibilidade dele para falar em uma reunião secreta.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Primeiro eu preciso consultar os membros desta CPI para saber se há consenso em apoiarmos esse requerimento da nobre deputada Beth Sahrão para ouvir o Sr. Cassio em uma sessão secreta.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Gostaria de fazer apenas uma pergunta para o Dr. Ralph. Não sou advogado, mas o processo de delação foi aceito. É isso?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Sim.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Agora a PGE ou os órgãos a que ele fez a delação irão confirmar se as provas que ele entregou são verdadeiras ou não. A partir daí, a sua delação é pública ou não?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Eu posso esclarecer todos esses aspectos. Primeiramente, Srs. Deputados, em momento algum houve, de nossa parte, qualquer intenção de desrespeito a esta prestigiosa Casa.

Em uma primeira convocação, nós justificamos e demos as nossas razões técnicas e jurídicas para o não comparecimento do Sr. Cassio na última reunião em que foi convocado. Portanto, nós justificamos e solicitamos a sua dispensa. Todavia, houve insistência por parte desta Casa no comparecimento do Sr. Cassio.

Então, nós estamos vindo aqui apenas para não desobedecer a essa nova convocação. Não viemos aqui..

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Eu só gostaria de concluir, porque há algumas questões.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Agora, a indagação...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Eu precisava responder...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, nós não viemos aqui para ouvir o advogado. Ele veio aqui para acompanhar o Sr. Chebabi. Nós não viemos aqui para ouvir explicações, para ouvir se ele veio ou não veio e por que não veio. Desculpem-me, mas estamos aqui para ouvir a testemunha, o Sr. Chebabi, que aplicou um roubo na cooperativa e na merenda do estado de São Paulo. (Manifestação dos presentes.)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem. Deputado Barros Munhoz, se assim fosse, se a delação impedisse que ele fosse convocado por qualquer outro órgão judicial, estaria expresso na lei o seguinte: “uma vez feita a delação, não existe mais convocação dessa pessoa para nenhum outro lugar”. Quer dizer, é um absurdo. Com todo o respeito...

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Mas está na lei.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não está não. Se estivesse claro que ele não tem que ir a lugar nenhum, acabou. Nenhuma delegacia de polícia da cidade “x” - se descobrir o fato agora naquela cidade ou outro crime praticado pela Coaf ou qualquer outra conduta - poderá convocá-lo para que seja ouvido.

É isso, deputado Carlão Pignatari. Isso é um absurdo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Vossa Excelência tem razão. É o maior absurdo jurídico da história da humanidade. É a impunidade total, é a garantia total à impunidade.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Concordo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - É o fim do mundo. O cidadão presta um depoimento na polícia, presta um depoimento diferente na Corregedoria, lesa dezenas de centenas de prefeituras e órgãos do Estado e fica absolutamente tranquilo, garantido

por uma delação premiada. É o fim do mundo, é a destruição do mundo jurídico brasileiro.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sabe o que significa a delação se esse entendimento prevalecer? Acaba-se com esta CPI agora. É isso que está sendo feito. O Sr. Marcel fez delação e nós não podemos ouvi-lo. Ele também é uma peça-chave, que estava em conluio com ele. Mais alguns tentaram ou fizeram. Acabou a CPI. É isso que está sendo decretado pelo Sr. Ralph, o advogado dele. Ele está dizendo para nós, estudantes, que acabou esta CPI. Podem ir para casa. É isso que está sendo decretado hoje.

Sr. Presidente, nós não podemos aceitar tal entendimento. Se fizermos isso, estamos acabando com os nossos trabalhos nesta data, no dia 24 de agosto. Que nós não prossigamos com este entendimento. Ele está aqui como testemunha. Aliás, gostaria de sugerir algo. O deputado Marcos Zerbini, presidente desta CPI, em uma das primeiras reuniões, disse que daria prioridade a todos os requerimentos que tivessem pedidos de informações. Por quê?

Porque até ser enviado e voltar, há um prazo, e assim não perderíamos tempo. Eu fiz alguns requerimentos, dentre eles uma requisição ao desembargador - acho que é Dr. Rui; não estou certo do nome, pode ser que eu esteja falando o nome errado - que está com o processo da Alba Branca no foro privilegiado para que ele remeta para nós essas informações. Assim, poderemos ter acesso.

A Justiça Federal só tem uma parte do material. Nós também precisamos do outro material, já que o procurador diz que não pode fornecer para nós, porque precisa de autorização do desembargador.

Sr. Presidente, quero sugerir...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputado, só uma pergunta. Esse requerimento já foi apreciado e votado?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Já foi feito e está no plano de trabalho: requerimento ao desembargador, Dr. Rui.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas já foi enviado? Se ele estava no plano de trabalho, já deveria ter sido enviado.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Já foi enviado. A secretaria me informou que já foi enviado.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sérgio Rui.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sérgio Rui? Já foi enviado ao desembargador?

Então, Sr. Presidente, gostaria que esta CPI fizesse duas diligências, duas reuniões: uma com o juiz competente da Justiça Federal de Ribeirão Preto e outra - já que está no plano de trabalho e ainda não chegaram essas informações - com o próprio desembargador, porque esse entendimento, segundo o qual quem fez a delação não poder depor na CPI, não pode prevalecer. Isso é um absurdo.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Deputado Alencar Santana Braga, V. Exa. me concede um aparte?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Lógico.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - A deputada Beth Sahão fez uma sugestão para que pudéssemos ouvi-lo em uma reunião secreta, que são só os deputados, nem os membros da comissão. Se ele pode falar sim ou não. Acho que primeiro temos que ouvir essa resposta da deputada Beth. É uma coisa assim, secreta, porque aí não sai relatório, não tem nada, não se pode publicar, não pode se gravar, não se pode nada. Nem os funcionários da Casa ficam. Ficariam só os deputados, o advogado e o Sr. Cassio Chebabi. Gostaria de ouvir se é possível isso ou não.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Ele tem o direito constitucional de ficar calado, mesmo numa reunião secreta.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Se ele for réu. Aqui ele é testemunha. Ele é testemunha. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ele está aqui como testemunha.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Deixem o advogado falar.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ele tem o direito de ficar calado, mas tem o direito de falar também.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas ele é testemunha.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - É. Exatamente.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Bem, com relação à posição dele, na verdade não é de testemunha, com todo o respeito, mas de investigado, como eu já disse aos senhores. Ele é investigado, inclusive ele teve uma prisão temporária decretada em razão de uma investigação.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Mas não pela CPI, com todo respeito. É investigado na polícia. Ele é investigado na Justiça. Aqui não.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - A condição dele é de investigado.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Acho que cabe a nós perguntar ao Dr. Ralph se numa reunião secreta ele vai falar ou vai ficar calado. Porque marcamos uma reunião secreta para não ouvirmos...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O Chebabi é quem tem que responder. Tenho certeza de que ele vai concordar conosco. Tenho certeza que ele vai concordar. Ele não vai se furtar a responder secretamente. Vai colaborar com os trabalhos. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Esta Presidência gostaria de solicitar aos presentes que se mantenham em silêncio. Não é permitida nenhuma manifestação. (Manifestação dos presentes.) Não há nenhum impedimento dos estudantes permanecerem aqui, desde que permaneçam em silêncio. É um pedido desta Presidência, e vamos observar aqui o tratamento respeitoso que deve ser dado.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Senhores, a decisão com relação ao silêncio não foi do Sr. Cassio. O Sr. Cassio quer se manifestar onde puder sobre os fatos. O problema é que foi uma orientação profissional, porque eu entendo que ele não pode colocar em risco o procedimento de delação. Então como V. Exas. estão colocando que haverá uma reunião com os juízes responsáveis por essas investigações, havendo anuência do juízo, com compartilhamento de informações, o Sr. Cassio virá na data e hora marcada por V. Exas. para prestar todo e qualquer esclarecimento necessário. No momento, enquanto não exista essa autorização judicial, o Sr. Cassio ficará em silêncio, seja numa reunião aberta, ou numa reunião secreta.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Eu gostaria de registrar aqui a presença do nobre deputado Gilmaci Santos.

E esta Presidência tem o entendimento de que nós estamos perdendo tempo aqui. Estamos perdendo tempo. Vamos dispensar o Sr. Cassio Chebabi, porque vamos ficar aqui a tarde inteira discutindo, ouvindo a manifestação, com todo respeito, do Dr. Ralph, que está aqui fazendo seu papel como advogado do Sr. Chebabi, e não vamos chegar a lugar algum. Temos ainda mais duas oitivas para serem feitas, e esta Presidência então vai dispensar o Sr. Cassio Chebabi. O deputado Alencar deverá fazer o seu requerimento com relação a sua propositura feita agora há instantes, e aí nós convocaremos de novo o Sr. Chebabi, que o advogado já disse que, na presença do juiz, o Dr. Chebabi vai se manifestar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Primeiro quero ratificar aqui meu entendimento de que ele está aqui como testemunha. E como tal ele é obrigado a falar. Ele está se furtando e pode ser preso por essa conduta, se V. Exa. assim determinar.

Outra questão: a diligência, presidente, aqui nós podemos tirar, independente de um requerimento, para que possamos falar com o Dr. Sérgio Rui e também com a Justiça Federal. É uma visita dos membros, de quem puder e a CPI conversar sobre esse entendimento, e pedir também celeridade no envio das informações, porque senão vamos ficar de mãos atadas, não podendo fazer mais nada nessa CPI. Isso não requer uma formalidade...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, salvo melhor juízo, o que estou assistindo aqui é uma coisa que me assombra. Eu entendo que o advogado oriente o seu cliente. Eu não entendo que seja direito do advogado falar em nome do seu cliente, em hipótese alguma. Vou completar 50 anos de formado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco ano que vem. Isso é rasgar o Estatuto da Ordem, a meu ver. O advogado não fala em nome do cliente. Ele orienta o cliente. Isso é sagrado no Direito brasileiro, na Advocacia brasileira. O que nós estamos assistindo aqui é simplesmente o fim do mundo.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputado Barros Munhoz...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nesse sentido, é importante essa colocação do deputado Barros, que o Sr. Cassio Chebabi responda, primeiro, se ele vai falar nessa CPI, da forma como está convocado. Segundo, na proposta feita pela deputada Beth na eventual reunião secreta. Ele tem que responder as duas questões.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Então vou indagar ao Sr. Chebabi se o senhor pode responder, se o senhor vai responder as perguntas formuladas pelos membros desta CPI.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Desde que os juízes, desde que seja formulado do jeito que foi falado, eu aceito os termos.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nessa reunião de hoje o senhor não vai...

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Não, não.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dar nenhuma resposta.  
(Manifestação dos presentes.)

Por favor, indagar também ao Sr. Chebabi, se houver consenso na proposta feita pelo deputado Alencar Santana, se o senhor retornaria a esta Comissão para prestar os devidos depoimentos.



**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Retorno, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Uma vez recebida aí a confirmação do Sr. Chebabi de que ele virá, deputado Alencar, dentro dessa propositura feita por V. Exa., eu acho que deveria consultar aqui...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Foi feita a proposta de ser uma reunião secreta hoje ainda, se ele fala. Então que ele responda...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Hoje, é verdade. Numa reunião secreta feita hoje. O senhor falaria a essa comissão?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ou seja, no sigilo total.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Não, porque preciso das provas dos juízes.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobres deputados, está mais claro...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu queria saber por que o senhor falou na Corregedoria e aqui não.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Deputado Alencar, está mais claro do que sol...

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - São dois assuntos diferentes.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Como dois assuntos diferentes? Na Corregedoria era o mesmo assunto.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não? Qual era na Corregedoria?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - É outro assunto.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas como outro assunto? O senhor está dizendo que na Corregedoria o senhor falou de outro assunto? Então a Corregedoria, de fato, atuou como advogado de defesa. Ela não investigou nada. É isso que o Sr. Cassio Chebabi acaba de confirmar neste instante...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobres deputados, ficou mais claro do que o sol ao meio-dia que o Sr. Chebabi não vai prestar nenhum esclarecimento a esta CPI...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Só para esclarecer que o sigilo total aqui na reunião secreta, numa possível reunião secreta, não invalidaria a delação dele.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Está dispensado o Sr. Cassio Chebabi. Está dispensado. (Manifestação dos presentes.)

Eu vou alertar uma vez mais os presentes que não é permitido nenhum tipo de manifestação. Nós queremos ser cordiais. Eu posso solicitar que vocês sejam retirados do recinto. Nós não queremos isso, desde que haja respeito da parte de vocês com os presentes e com os parlamentares desta CPI.

Portanto está dispensado o Sr. Cassio Chebabi.

Vou pedir a suspensão dos nossos trabalhos por cinco minutos, para recebermos aqui o segundo depoente desta reunião.

Vamos ouvir agora o Sr. Nilson Fernandes, uma vez que o Sr. Adriano vai fazer um depoimento numa reunião reservada.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Adilson Rossi.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dando continuidade à nossa reunião, passaremos a ouvir o depoimento do Sr. Nilson Fernandes, que é presidente da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar, a Coaf.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Agora.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Presidente, agora.

Eu gostaria de solicitar ao advogado que acompanha o Sr. Nilson que fornecesse os seus dados para que a Secretaria pudesse registrar. Mas, é bom que o senhor diga isso.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - A secretaria já está providenciando, certamente, a minha qualificação, Sr. Presidente desta Egrégia comissão.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Diga, nobre advogado, a sua qualificação - o seu nome e a sua OAB, por gentileza.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Willian Rafael Gimenez, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, sob o número 356592.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Muito obrigado. Esta Presidência gostaria de consultar os... Por gentileza, doutor.

**O SR. ÉDIO ANTONIO FERREIRA** - Bom, meu nome é Édio Antonio Ferreira. Sou advogado, juntamente com o Dr. Willian, da Coaf. Estamos, aqui, representando o nosso presidente, a nova Coaf. Minha OAB é 371781.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Muito obrigado, Dr. Édio. Esta Presidência gostaria de consultar os nobres membros desta CPI. Eu recebi uma solicitação do Dr. Rafael. Ele gostaria de apresentar, aqui, alguns requerimentos. Ele não traz isso por escrito. Ele gostaria de fazê-lo, verbalmente. São algumas informações que ele gostaria de colher desta CPI antes de ouvirmos o Sr. Nilson. Eu não posso deliberar isto sem que consulte os membros desta Comissão.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - No caso, o Rafael é o advogado do...

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Willian, deputado.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Quem é Rafael?

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Willian Rafael. Sou eu.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Ah, Willian Rafael.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Ah, mas é Rafael, também?

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - É, também.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Então, está certo. Rafael.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Recolher informações dos...

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Não, na verdade...

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Não entendi, Sr. Presidente. Poderia explicar para mim? Até agora, não consegui entender as informações.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Ele... Se V. Exas. quiserem ouvi-lo, se nós pudermos ouvi-lo... Isso depende dos membros da Comissão.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Ouvir quem, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Deputado Jorge Caruso, é apenas um requerimento que ele quer fazer.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sobre o procedimento...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Sobre o procedimento da oitiva...

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Mas, ele vai fazer o requerimento aos deputados?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Se houver autorização dos membros da CPI, vamos ouvi-lo. Se não houver, nós já passaremos a ouvir o Sr. Nilson.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Mas, é requerimento aos deputados? Eu não entendi. É isso o que eu estou querendo entender, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - À comissão. É sobre o procedimento da oitiva. Talvez, não seja nem um requerimento. Seria uma informação que ele gostaria de receber.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sr. Presidente, quem faz o procedimento somos nós. Vamos ouvir logo a testemunha.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Vamos ouvir a testemunha.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Então, não havendo consenso para ouvir esse requerimento do Sr. Willian Rafael acerca do procedimento, nós já vamos passar a ouvir o Sr. Nilson Fernandes, que vai falar agora como atual presidente da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar, a Coaf.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Sr. Presidente, o senhor me permite?

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Assim não dá, Sr. Presidente.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - É prejudicial ao depoimento do meu cliente. Dessa forma, então, nós vamos ter que encerrar o depoimento e dizer que o meu cliente também não vai fazer manifestação.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dr. Willian, não é assim. O senhor não vai encerrar. Quem encerra o depoimento, aqui, somos nós. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Acho que ficarmos... Vamos ouvir o que o Dr. Willian tem a dizer e aí nós vamos medir ou não. Só isso.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Aí, ele vai fazer requerimento... (Vozes sobrepostas.)

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Não, ele vai falar, só. Não vai falar nada. Deixem-no falar um pouquinho.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Então, vamos deixar, agora, que, para cada testemunha que vier aqui, eles ditam as regras para nós? Está virando brincadeira isso aqui, deputado Carlão Pignatari.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputado Jorge Caruso, foi por isso que eu consultei V. Exas., para não tomar aqui uma decisão que partisse apenas desta Presidência. Se não há consenso em ouvir o advogado, o Dr. Willian Rafael, nós passaremos a ouvir o Sr. Nilson.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu acho que é de bom alvitre não ouvi-lo, não fugir do regramento. Vamos seguir. Depois, via cliente dele, ele faz as colocações que quiser. Ele orienta o cliente e o cliente fala. Senão, nós vamos quebrar... Abrir um precedente, aqui...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Exatamente.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Tem razão. Eu concordo com o deputado Jorge Caruso e o deputado Gilmaci Santos, sinceramente. É lógico que seria até mais fácil ouvi-lo, mas fica uma coisa... Sabe? Daqui a pouco, cria-se um precedente, aqui. Vem alguém aqui e fica querendo falar por uma hora. Daqui a pouco, nós é que vamos ser investigados, aqui.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não vai demorar muito.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado Barros Munhoz, como advogado que é, eu queria ponderar o seguinte: o advogado não pode falar sobre o depoimento, aquilo que o Sr. Nilson vai ser indagado. Como nós dissemos, também, ao outro advogado, se for uma questão de procedimento, ele tem o direito de indagar. Se for isso, V. Exa. responde ou não à questão de ordem. Eu não sei qual é a questão de ordem, mas, se for sobre o procedimento, ele pode tirar essa dúvida. Ele pode tirar dúvida. Ele não pode falar pelo cliente, enquanto o conteúdo...

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Nem falar, nem induzir...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Eu consulto, uma vez mais, V. Exas. Sendo uma questão de procedimento, nós podemos ou não ouvir o Dr. Willian Rafael?

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Está bom. Sr. Presidente, é bom que seja uma questão de procedimento, porque, se não for, vai ser vergonhoso para esta comissão abrir a palavra para o advogado.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Eu concordo, na mesma linha, com o deputado Jorge Caruso. Que seja, realmente, sobre o procedimento.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Então, eu consulto os membros da CPI, se podemos ouvir o Dr. Willian Rafael, para apresentar sua questão de ordem, no que diz respeito...

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Quanto tempo, Sr. Presidente, o advogado vai ter para falar? Quanto tempo? Tem que ser coisa rápida. É uma pergunta? São duas perguntas? (Vozes sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - É questão de um minuto ou dois minutos.

**O SR.** - É uma questão de ordem. Questão de ordem é coisa de 30 segundos.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Exatamente.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Porque ele não vai ficar aqui por cinco minutos, dez minutos, falando...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dr. Willian Rafael, o senhor tem a palavra para levantar essa questão de ordem sobre o procedimento da nossa reunião, da oitava.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de falar da satisfação e da alegria de atuar perante esta gloriosa instituição, que é a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, na presença, inclusive, dos senhores desta qualificadíssima Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi instituída com este mister ímpar, que é investigar a máfia da merenda.

A questão é a seguinte: o meu cliente... Eu, como procurador jurídico da cooperativa, aqui, assistindo e representando os interesses do atual presidente, da atual diretoria e dos cooperados... O meu cliente não tem condições de ser ouvido como testemunha nesta comissão, porque ele não é investigado. Notem os senhores: ele não é investigado em procedimento criminal. Ele entrou depois desse grande escândalo de corrupção que se aportou com a Operação Alba Branca.

Então, o nosso requerimento é no seguinte sentido: que o Sr. Nilson Fernandes seja ouvido como informante, dispensando, portanto, o compromisso legal de testemunha em dizer a verdade e de não se autoincriminar, o direito de ser assistido por advogado e ser, obviamente... Consultar o seu procurador todas as vezes que entender ser necessário durante o seu depoimento...

Para tanto, coloco esta questão de ordem... Submeto-a ao crivo de V. Exa., para que, ad referendum do Plenário, então, isente o Sr. Nilson Fernandes de depor na qualidade de testemunha, mas como informante, porque, ao que me parece, Srs. Deputados, com todo respeito, a Coaf, a cooperativa, tem a figura, nesta CPI, como a vítima tem no processo penal, como assistente de acusação. A vítima, notadamente... Seu depoimento não pode ser colhido com imparcialidade, porque é vítima.



Então, parece-me que é uma questão prejudicial e preliminar que é levantada, suscitada, e que nos parece ser de extrema importância, para que V. Exas. deliberem a respeito. Esta é a questão de ordem que faço, respeitosamente, a esta Casa e submeto-a à deliberação de V. Exa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, o problema é: na qualidade de informante, ele tem compromisso de dizer somente a verdade? Essa é a grande questão.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputada Beth Sahão, é exatamente essa a colocação que eu iria fazer. Como depoente, como informante, em uma CPI, ele precisa falar a verdade. Ele pode não conhecer alguns fatos e, não os conhecendo, é lógico que ele não vai poder tecer nenhum comentário sobre fatos que ele não conhece, até porque ele chegou recentemente, mas ele precisa falar a verdade, sem sombra de dúvidas.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, é curto e grosso: o requerimento é estapafúrdio. Não tem nenhum sentido. Ninguém aqui pode ser melhor testemunha do que ele. Ninguém! Foi ele que pegou o resultado de tudo. (Vozes sobrepostas.)

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - É claro.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Que foi o caos da Coaf e o caos dos produtores familiares... Então, encerrado o assunto, a meu ver, e, respeitosamente, vamos em frente, Sr. Presidente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - É claro, até porque não há nada que possa comprometê-lo, se ele pegou depois.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, se ele assumiu a Coaf após todo esse escândalo, certamente ele deveria ou deve ter feito uma auditoria de como é que ele assumiu a Coaf. Diante disso, então, ele terá muito a dizer a esta comissão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E outra coisa, Sr. Presidente: se ele assumiu depois, não há nada que possa comprometê-lo. É muito óbvio isso.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Isto posto, esta Presidência abre a lista de inscritos. São 10 horas e 25 minutos. A partir de agora, conta-se uma hora para que sejam feitas as inscrições, para que seja usada a palavra. Ressalto, aqui, que os membros têm dez minutos e os não membros, cinco minutos.

Tem a palavra o nobre deputado Gilmaci Santos, que havia pedido, e, em seguida, o deputado Chico Sardelli.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu havia pedido, também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Deputada Marcia Lia, perdoe-me. Desculpe-me, deputada.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Como sempre, antes das perguntas dos deputados, nós vamos ouvir o Sr. Nilson por algum tempo.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Perfeito. Eu só estou colocando o horário, aqui, nobre deputado, para que seja já anotado pela nossa secretaria, para as inscrições.

Tem a palavra o nobre deputado Chico Sardelli.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Sr. Presidente, a minha questão de ordem era a mesma do deputado Gilmaci Santos. Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Perfeito. Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu gostaria de colocar que é extremamente importante que ele diga a situação em que ele pegou a cooperativa, no sentido de colaborar com esta CPI. Nós estamos tendo uma série de pessoas que estão se recusando a depor nesta CPI. Se nós não tivermos colaboração, se nós não tivermos pessoas que se disponham a dizer para nós, de fato, o que foi que aconteceu, qual foi o tamanho do

prejuízo, quantos assentados foram prejudicados por essa situação da Coaf, com efetividade, nós não conseguiremos fazer com que esta comissão de investigação consiga efetivar os seus objetivos. Então, é extremamente importante que o senhor diga a verdade.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Eu vou passar, já, a palavra ao Sr. Nilson. O senhor vai ter, Sr. Nilson, o tempo que for necessário, desde que não passe de dez minutos, para fazer as suas preliminares. Logo em seguida, haverá o questionamento dos deputados desta comissão.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Bom dia a todos os deputados. É com muita satisfação que nos encaminhamos a esta Casa para esclarecer alguns fatos relativos à Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar, a Coaf. Eu já desenvolvo trabalho no meio ambiental e de integração social há mais ou menos dez anos, na minha cidade e na região, visitando alguns assentamentos, acampamentos, e participando diretamente de algumas atividades nessas comunidades rurais. Tanto já fiz algum trabalho no Pontal do Paranapanema quanto no Norte de Minas, onde há 4.700 famílias.

Por meio desse trabalho é que eu fui convidado a prestar um serviço na cooperativa em 2013, até o início de 2014, exatamente focado na função social da cooperativa. Até aquele momento, acreditava muito no trabalho da cooperativa. Tanto é que foi feito um vídeo, um filme de promoção das questões sociais, pelo MDA. Agradou-me muito o trabalho a que assisti, por meio daquele vídeo, em que o testemunho de alguns produtores se fazia um fator positivo do que a cooperativa fazia nessas comunidades.

Depois, em seguida, inserido na cooperativa para desenvolver esse trabalho, em um curto período, tive um conflito de ideologia e filosofia de trabalho, pelo qual eu pedi para me retirar da cooperativa e fui continuar o meu trabalho nessas comunidades em assentamento, aonde levamos cursos e fazemos a captação de mudas para inserir nessas comunidades.

Tenho acompanhado esta comissão e, em uma reunião anterior, a deputada Marcia Lia comentou que no assentamento que ela visitou, em Bebedouro, ficou surpresa com a quantidade de cana. A cana foi inserida nos acampamentos e assentamentos pela Portaria nº 77, de 2004, na gestão da Itesp, para dar mais um subsídio às comunidades. Isso porque, como os senhores sabem, muitos projetos são aprovados pelos deputados,

mas dificilmente chegam ao campo, onde estamos trabalhando diretamente com esses produtores. E numa dessas dificuldades, foi encontrada a alternativa de colocar a cana para dar uma ajuda a esses produtores. Por essa Portaria, 50% da propriedade era para colocar cana. Na minha cidade, a surpresa é que foi um pouco além disso.

Temos ali um trabalho mais eficaz no combate desse desenvolvimento do canavial no assentamento. Esse trabalho é voluntário, não tem subsídio de ninguém. É muito árduo. Alguns dos senhores podem ter pesquisado nosso trabalho. Confrontamos até algumas pastas do Estado, porque o projeto não chega realmente, nem a acampamentos nem a assentamentos. O projeto PAA, por exemplo, que é um programa federal; projetos da Conab; projetos da Cati, que esteve aqui representando um dos diretores que participaram da diretoria da Coaf; e da própria Itesp. São pastas do Governo do Estado. Esses são problemas que encontramos lá no campo.

Uma orientação feita a esses produtores é quanto a essa organização para atender às políticas públicas. E a organização deles é através de associação e cooperativa. Mas para atender às políticas, é preciso fazer o projeto de venda. Esteve presente aqui o ex-presidente Carlos Alberto Santana, falando do projeto de venda. É uma dificuldade muito grande para o produtor montar um projeto de venda. Então, é feita a orientação para que sejam contratadas pessoas técnicas para desenvolver esses projetos. E foi o que aconteceu na Coaf, quando ela começou em 2003 com mulheres artesãs no assentamento. A cooperativa não fluiu, então surgiram essas pessoas técnicas e deram andamento à cooperativa.

Se os senhores olharem o início desse vídeo do MDA, verão que houve um sucesso no início da cooperativa. E assim como no resto do Brasil... Isso que está acontecendo com a Coaf não é novo no Brasil. Vemos esse tipo de situação acontecendo há muitos anos. Mas em São Paulo tomou essa proporção, devido a muitas coisas que têm acontecido politicamente no nosso Brasil e a essa transformação que tem acontecido. Mas tomou uma proporção gigante. Acredito e espero que essa condição se transforme, fazendo compreender que há erros nos projetos. Espero que esses erros, depois de tudo isso ser evoluído, se transformem numa questão política a ser debatida e corrigida, porque as famílias precisam desses projetos.

A produção não parou. As crianças tiveram dificuldade com merenda escolar no início deste ano, uma dificuldade grande. Mas várias vezes eu penso, nas reuniões que tenho em assentamento e acampamento: a Coaf só faz suco, e as crianças passaram fome. A Coaf não faz arroz, feijão, macarrão; ela produz suco. Eu tenho lido e tenho

acompanhado muito essas escolas, que dispensaram seus alunos, e muitos pais deixaram de ir trabalhar para ficar com seus filhos porque não havia merenda para essas crianças.

A Coaf é precursora no estado de São Paulo, mas não está sozinha. Alguma coisa aconteceu, e isso nos chama a atenção. Porque todo o foco está na cooperativa, que é vítima. Ela contratou pessoas para dirigir, e foram essas pessoas que cometeram crime. Mas a cooperativa já foi julgada e condenada. O Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, retirou a DAP jurídica da cooperativa; ela não tem condições de comercializar. Em seguida, também ficou condenada a não comercializar com a institucional por dois anos.

E a produção - o que fazemos com ela? Ela continua dando... Uma das alternativas que encontramos para prosseguir com o trabalho foi participar da feira livre na cidade. É o que temos feito todos os domingos de madrugada. Durante a semana, visito alguns produtores e pergunto-lhes qual a importância da cooperativa. E eu gostaria que os senhores fizessem a mesma coisa. A cooperativa é vítima, assim como os produtores e as crianças da merenda escolar. Eles não podem ser condenados; já foram. Vim acompanhando outros depoimentos aqui. Ficamos muito surpresos ao ver como é mudada a situação das pessoas aqui. Os investigados acabam sendo condenados. Estou falando isso como produtor, como presidente de uma cooperativa.

Nós assumimos em seis produtores, no momento em que iam ser encerradas as atividades. Mas abrir uma associação numa cooperativa é o que sei fazer. Faço reunião com produtores debaixo de árvores, debaixo de mangueira. Montar uma cooperativa é muito simples, mas não temos instrumento. O que vimos na Coaf no dia do seu encerramento foram ferramentas de trabalho. Havia carros e caminhões, mas não trator nem implementos, e vimos a oportunidade de tocar a cooperativa. E o que fui encontrando no decorrer desses meses é espantoso.

As questões políticas corriqueiras estão aí; os senhores têm acompanhado. Mas a única coisa que importa é o escoamento da produção. O produto não pede pausa, ele continua dando. E estamos passando dificuldades. Porque foram viradas as costas para nós, produtores. É isso que eu gostaria de deixar claro. É a nossa luta. Fico aberto a perguntas para colaborar com os deputados. Espero sucesso, espero que a CPI consiga corrigir os erros desses projetos, para melhorarmos essa questão de chegar realmente às famílias na agricultura familiar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Ouvidas as palavras do Sr. Nilson, vamos passar à lista de inscritos. Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Bom dia, Sr. Nilson. É um prazer enorme que o senhor esteja aqui na CPI na condição de testemunha para fazer alguns esclarecimentos. Quero ser bastante objetiva. Minha primeira pergunta é a seguinte: quando o senhor chegou à presidência da cooperativa em março de 2016, verificando as condições e toda essa situação dramática que o senhor relata para nós aqui, foi feita alguma auditoria na cooperativa para se saber de fato o tamanho do rombo que havia sido causado pelos antigos diretores da empresa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Pois é, a assembleia de eleição para a nova diretoria foi em 10 de fevereiro. Assumi a partir dessa data. A dificuldade de organizar documentação se dá até março, para podermos fazer o registro da ata. Foi uma das únicas assembleias filmadas, a nível internacional, de uma cooperativa. Acreditávamos que seria só uma assembleia de eleição de diretoria, mas fomos pegos de surpresa com a televisão cobrindo e com os funcionários presentes. Parecia que estava montada uma outra situação para aquele momento. Tanto que nós produtores ficamos muito em dúvida se assumiríamos ou não aquele embrulho todo. Porque só fomos inscrever nossa chapa na terceira chamada.

Passando os meses, vieram os problemas iniciais, que foram os funcionários. Tivemos que buscar orientação, junto ao Ministério do Trabalho e ao sindicato, sobre como fazer a demissão dos funcionários, e isso levou tempo. Na passagem para essa nova diretoria, não foi feita uma prestação de conta. Mas tomamos a iniciativa de fazer um levantamento interno, com os poucos documentos que encontramos - devido à apreensão de vários documentos e computadores. As indústrias, os fornecedores e os produtores nos procuravam desesperados com essa situação; preocupados se a culpa ou a condenação cairia sobre eles. Fizemos um levantamento interno. Para o escritório de contabilidade, fizemos a solicitação da prestação de contas desde 2009 até 10 de fevereiro de 2016, e não chegou às nossas mãos esse balanço ou essa auditoria que poderia ser feita posteriormente.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Qual a razão de não ter chegado? Quem obstruiu essa entrega?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Solicitamos, por email e por telefone, ao escritório de contabilidade. Fizemos a notificação extrajudicial também e estamos buscando outras vias para ter essa prestação de contas.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Qual é o nome do escritório, por favor?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Escritório Contábil Global.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - O senhor era cooperado enquanto o Sr. Cassio Chebabi dirigia a cooperativa? O senhor entregava produtos na cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não. Comecei a desenvolver os projetos nos assentamentos e nas comunidades; e posteriormente levei cursos e plantios de mudas. Acabei fazendo arrendamento de uma área, porque gostei da atividade, me envolvi com ela. No momento em que eu começava a produzir, veio o embrulho todo da Alba Branca. Fui convidado pelos produtores a abandonar a atividade que eu estava fazendo para assumir a cooperativa. E desde então não consegui mais nem tocar a área que eu tinha pegado.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - O senhor é morador de Bebedouro?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Sim.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Quando estive num assentamento, conversei com vários assentados - mulheres e homens -, e eles relataram que era visível o que acontecia na cooperativa. O senhor, quando assumiu a cooperativa, já no período da deflagração da Operação Alba Branca... E anteriormente também, o senhor conversava com os assentados sobre a situação das irregularidades que já aconteciam e eram evidentes? Como o senhor mesmo disse, quando estive lá fiquei chocada com a quantidade de cana de açúcar. O assentamento é coberto, provavelmente, por 80% de cana de açúcar. E foi exatamente essa a constatação que foi relatada a mim pelos assentados: de que os produtos entregues à cooperativa - que eram muito poucos - eram advindos da agricultura familiar. E de que os cooperados eram obrigados a entregar a DAP e deviam

colocar nos talões de nota exatamente aquilo que a direção da Coaf determinava a eles. O senhor tinha conhecimento disso?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Enquanto eu estava evoluindo os cursos e as atividades no assentamento, voltei para o assentamento de Bebedouro no final de 2015, quando montei uma associação com algumas famílias. Estamos falando de um assentamento de 20 anos. Se existe uma periferia de cidade, existe na comunidade rural também. Estamos falando de um assentamento que recebeu duas caixas d'água há mais de 16 anos. A senhora esteve lá e percebeu as caixas d'água. Um investimento de 60 mil reais. Aquelas caixas não distribuem água para ninguém. A matéria principal para desenvolver uma cultura é água. Passa uma pista no meio do assentamento, então são duas aberturas...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Estive lá.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Essas duas caixas d'água, há quase 16 anos, não irrigam nada. Dinheiro do Estado...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - É um assentamento da Itesp?

**O SR. NILSON FERNANDES** - A gestão é da Itesp.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Deputada, V. Exa. me concede um aparte?

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Pois não.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Vossa Excelência perguntou ao Sr. Nilson se ele percebia se alguns assentados eram obrigados a fornecer essa nota, mas não vi a resposta.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Estou falando do motivo por que há cana. Por que essa opção da cana? Por conta da falta d'água. São cacimbas que abastecem essas casas. Os poucos produtores que produzem, com um talão de nota... Um dos rascunhos que encontrei na cooperativa foi: 84 lotes, 84 DAPs. Conversando com o pessoal do



assentamento, vi que nem todos forneceram a DAP para a Coaf. Como ela tinha os 84... Estou falando da DAP, para poder trabalhar.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Quem emitia as DAPs nesse período?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Para pequeno produtor, é a Cati. Para assentamento, é o órgão gestor; e a pasta é a Itesp.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Então, a Cati era quem entregava para pequeno produtor...

**O SR. NILSON FERNANDES** - Que não está em assentamento. É a informação que temos. No assentamento específico de Bebedouro, o gestor era a Itesp.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - O senhor tem ideia de por que o escritório de contabilidade não entregou esses levantamentos solicitados? Ele deve ter entregado a outra pessoa que solicitou também, paralelamente ao senhor, essa contabilidade. O senhor tem essa informação? Por que ele não entregou?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Só para concluir a questão das notas, dos talões de nota, dentro da sequência.

Muitos produtores deixavam o talão de nota na cooperativa, por confiar. Eles confiavam. Tanto que, logo depois dessa deflagração, a televisão foi fazer uma matéria com um dos produtores, que fala da abóbora, fala que não tem um pé de laranja.

Esse produtor foi ameaçado, e ninguém foi lá socorrer esse produtor. Hoje você não consegue matéria com o produtor.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eles têm muito medo, eles são ameaçados. Esse foi o relato que eu obtive na conversa que eu tive com os assentados. Eles têm medo de falar e eles têm medo de que sobre para eles. Na verdade, os grandes estão agora sob o manto da delação premiada, sob a proteção da lei. Aqueles que foram, de fato, lesados, roubados... Como aconteceu, por exemplo, em Araraquara, houve a mesma situação...

Para finalizar, porque meu tempo está se exaurindo, eu gostaria de fazer uma última pergunta para o senhor. Lá na minha cidade, em Araraquara, quando estourou

todo esse processo, que foi muito semelhante ao da Coaf, só que lá era a prefeitura e o secretário de Agricultura que estavam envolvidos na questão da emissão de DAPs fraudulentas...

Lá o processo é um pouco diferente, não era cooperativa, era direto com a Secretaria da Agricultura, que fazia as falsificações, que pegava os talonários de nota.

Havia na sociedade araraquarense um “caldo”, havia uma discussão muito forte de que isso estava acontecendo. Na cidade de Bebedouro, o senhor ouviu - já que o senhor reside lá - que havia pessoas grandes, figurões, envolvidos na questão desse processo todo de fraude na merenda escolar? O senhor chegou a ouvir sobre isso, como nós ouvíamos em Araraquara?

Quando a Polícia Federal chegou em Araraquara, aqueles que, de fato, faziam a fraude, eram exatamente aqueles que a sociedade araraquarense, naquele “caldo” de conversa, diziam que eram as pessoas envolvidas.

Então, havia, em Bebedouro, informações de quem eram as pessoas que, de fato, participavam desse processo fraudulento?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Olha, respondendo à questão do escritório de contabilidade, realmente ele alega que não tinha condições de apresentar os números, porque o movimento bancário não condizia com o movimento do escritório de contabilidade.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Mais uma razão para ele apresentar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Você pode dizer o nome do dono do escritório?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputado Alencar Santana Braga, o tempo da nobre deputada Marcia Lia já esgotou.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Tudo bem, basta fazer uma questão de ordem.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Então eu faço a pergunta. O senhor sabe informar, por gentileza, qual é o nome do proprietário do escritório Global?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não lembro.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - É fácil de conseguir. É só entrar no site da Jucesp e você consegue.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dando continuidade à nossa lista de inscritos, tem a palavra o nobre deputado Chico Sardelli.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Ele não terminou de responder a minha pergunta.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Do proprietário? Ele disse que não sabe. Respondeu sim.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Desculpe, eu não ouvi.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Sr. Nilson, algumas perguntas serão repetitivas, mas eu gostaria de ter a confirmação.

O senhor preside a Coaf desde março, é isso?

**O SR. NILSON FERNANDES** - A eleição foi em dez de fevereiro. O registro na Jucesp foi em março.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - O senhor foi indicado, foi chapa única, foi consenso? Como foi a sua indicação à presidência da Coaf?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Alguns produtores, no decorrer, foram nomeados, próximo do carnaval. Estava cogitando-se o encerramento da atividade e o fechamento da cooperativa. Foi iniciativa de alguns produtores para montar uma chapa para dar continuidade. Aí foi uma chapa única, inscrita na terceira chamada.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - E eleita?

**O SR. NILSON FERNANDES** - E eleita.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - No voto?

**O SR. NILSON FERNANDES** - No voto.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - No início da sua fala aqui hoje, o senhor disse que pediu para sair por incompatibilidade, por não concordar. Explique um pouco melhor isso. Eu não entendi.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu trabalhei na Coaf, através do serviço social que eu faço. Desenvolvo alguns projetos.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Quanto tempo?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Aproximadamente oito meses.

**O SR.** - Em que época?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Em 2013 e 2014. Eu viajava nos assentamentos para falar da importância do cooperativismo. Eu levava aquele vídeo do MDA junto comigo, porque acreditava muito naquilo. Só que, quando eu voltava, nós ouvíamos falarem algumas coisas.

Essas coisas que eu comecei a ouvir conflitavam com aquilo em que eu acredito. Quando conflitou e eu tive uma reunião para poder tirar essa dúvida, que é de um projeto “PP-Estoque”.

Esse projeto foi direcionado para a cooperativa para ser beneficiado o pequeno produtor, e esse dinheiro não tinha chegado no pequeno produtor. Eu ouvi falar isso e achei isso conflitante com aquilo que eu fazia nos assentamentos, nas comunidades. Passei a não acreditar, naquele momento, na cooperativa. Achei melhor. Como não tinha condições de ter provas... Mas só o fato de ter ouvido falar já me conflitava. Então eu pedi para sair da cooperativa.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - O senhor não denunciou?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não. Eu fui buscar orientação. Eu precisaria ter provas, porque senão poderia virar contra a minha pessoa. Então eu resolvi sair.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - O senhor conhecia o ex-presidente. Era amigo do Cassio Chebabi?

**O SR. NILSON FERNANDES** - O Cassio não. Ele é da cidade de Bebedouro, mas eu não tinha muito vínculo com ele.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Não trabalhou com ele, então?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Trabalhei só na cooperativa, quando ele me convidou para trabalhar na cooperativa.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - O senhor nunca, nesse período que passou, embora o senhor tenha “en passant” dito das coisas que não concordava... Efetivamente e explicitamente, do Cassio Chebabi o senhor tinha denúncia de desvio, de mau comportamento presidindo, de pagamento de propina, de pagamento de comissões, de lobista? Todas essas coisas que estamos ouvindo na Operação Alba Branca, o senhor tinha conhecimento, sabia, não? Sabia que ele era o “cabeça”, enfim, a pessoa que arquitetava todo esse problema que veio à tona agora?

**O SR. NILSON FERNANDES** - O que se cogita quando nós estamos afastados de uma corporação dessas? Precisa-se fazer vendas. Precisa-se pagar comissões. Esse é o ponto. Não se falava de propina, de pedágio. Isso eu comecei a ouvir agora.

Não se falava de propina e pedágio. Falava-se de comissões. Tinham que contratar vendedor. Faziam contratos. O que nós ouvíamos era isso. Propina, pedágio, esses termos todos nós viemos a conhecer com o desenrolar da Alba Branca. Naquele momento era uma empresa que vendia e pagava comissão para seus vendedores e seus representantes comerciais, na questão comercial.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Quer dizer, o conhecimento do pagamento de propina, de outros figurões envolvidos nisso, o senhor não tem.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não tenho conhecimento.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Seja agente público, não agente público, cidade, vereador, prefeito?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não. O procedimento - de ouvir falar - é que, para poder chegar em uma prefeitura... Havia duas equipes dentro da cooperativa. Uma equipe buscava as chamadas e ia pelas vias da chamada. Você tinha a chamada lá, eles pegavam e apresentavam o projeto de venda.

Outra via é que eles iam buscar contatos dentro dessas prefeituras para poder elaborar os caminhos de projeto de venda. São duas temáticas diferentes na questão de venda, comercial. Uma buscava os caminhos de editais e a outra ia buscar contato dentro das prefeituras.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Por hora é só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dando continuidade à nossa lista de inscritos, tem a palavra a nobre deputado Beth Sahão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Quero cumprimentar o Sr. Nilson. O senhor falou durante a sua explanação que prestou serviços à Coaf de 2013 a 2014. É isso?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Um ano o senhor ficou lá?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Foi menos de um ano, oito ou nove meses.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Primeiro. Eu queria que o senhor especificasse um pouco mais detalhadamente que tipo de trabalho que o senhor prestou lá nesse período de menos de um ano.

O senhor também disse que houve um conflito ideológico, que o senhor teve - são palavras suas - com a antiga direção da Coaf. Eu queria que o senhor detalhasse um

pouco mais, porque, como seu relato foi corrido, em algumas questões o senhor não entrou nessas minúcias. Eu queria que o senhor pudesse explicar um pouco para nós.

**O SR. NILSON FERNANDES** - O meu trabalho era levar para... Quando havia eventos e exposições, eu levava um produto que a Coaf fazia. Naquela ocasião eram produtos processados e o suco na caixinha. Isso era uma novidade naquele momento para as comunidades de agricultura familiar, devido à dificuldade do processamento. Imagine colocar um suco em uma caixinha.

Então, nós participávamos dessas feiras, tanto no estado de São Paulo quanto em outros estados, levando o que poderia alcançar uma comunidade que se organizasse para poder buscar as oportunidades que o governo coloca à disposição. Tanto o governo do estado, que faz um grande incentivo na agricultura familiar, como o governo federal.

Quero deixar muito claro que o governo do estado participa muito dessa questão, incentiva bastante, e o governo federal também. Isso está sendo ampliado agora para os municípios. Alguns municípios têm tomado... Eu ouvi muito falar de um grande modelo, São Bernardo do Campo ultrapassa os 30 por cento. Compra até um pouco mais do que os 30%, uma iniciativa.

Então, eu levava esses produtos nessas feiras de exposição, falava a respeito disso e, na oportunidade, me reunia com os produtores das comunidades. Em todo lugar onde você vai, existem conflitos. Então, nós levávamos esse conhecimento e compartilhávamos as portas que eles poderiam estar utilizando.

Em alguns lugares era a Itesp. Eu conversava para eles irem a caminho da Itesp ou buscar oportunidade na Cati e em outros lugares. Nós conversávamos, nos organizávamos com essas famílias e passávamos essas orientações.

Meu conflito ideológico. Quando saiu o “PP-Estoque” e esse “PP-Estoque” não chega no produtor. E quando nós falamos... Eu fazia as reuniões e falava: “existe recurso do estado, existe recurso das entidades federais para desenvolver a agricultura. É só vocês fazerem os projetos e irem atrás, buscar seus pares, buscar seus deputados, prefeitos, vereadores e encontrar o caminho”.

Eu alertava em relação a essas possibilidades. No caso específico da Coaf, quando eu voltava para Bebedouro - eu ficava mais fora do que em Bebedouro - eu ouvia muita conversa dentro da cooperativa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Que tipo de conversa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Uma dessas conversas era que o “PP-Estoque”, que é um projeto da Conab, tinha sido direcionado para a Coaf. Acho que em um momento em que os produtores estavam passando por uma crise financeira. Então, foi feito um projeto.

Não conheço muito bem esse projeto, mas ouvi falar que esse recurso foi direcionado para a cooperativa para comprar o produto do produtor para incentivá-los naquele momento.

Esse recurso não chega para o produtor, esse recurso do “PP-Estoque”.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Para na cooperativa, o senhor acha?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Pois é, eu ouvi falar e fui querer saber um pouco mais. Na ocasião, tinha separado os dois presidentes. Na ocasião, o Cassio era o presidente e o vice-presidente o Piffer, se não me engano. Ele foi embora para uma outra cidade. Existia uma determinação do presidente, então o Cassio Chebabi, de não haver comunicação da turma que tinha ficado na Coaf com o pessoal que tinha saído e ido embora para Rio Preto.

Quando eu ouvi falar dessa questão do “PP-Estoque”, eu entrei em contato, porque eu queria saber o que era isso, se era verdade. Ele me confirmou que era verdade essa questão do “PP-Estoque”. Isso foi no final da tarde do dia anterior. No outro dia eu fui pedir as contas para sair.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Por conta do fato de os recursos que chegavam à cooperativa não serem utilizados a favor dos produtores. É isso?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Por quê? Eu vou lá na ponta. Falo para as comunidades: “vão buscar as oportunidades, está lá, é para vocês”, para incentivar, e aquilo que eu estava falando estava conflitando, porque aquela cooperativa que eu estava representando não estava fazendo aquilo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não estava cumprindo o seu papel?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Exato.



**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor disse que também detectou erros nos projetos elaborados pelos técnicos, porque os produtores - o senhor mesmo colocou - não tinham condições técnicas para poder elaborar os seus próprios projetos, portanto precisavam ser acompanhados e orientados para isso.

Que tipo de erro havia nesse projeto? O senhor acha que esses erros eram por incompetência técnica ou eram erros cometidos por má-fé?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Pois é, o produtor tem a oportunidade de fornecer produto para o governo, penitenciárias, escolas, hospitais etc., só que você tem que cumprir com um contrato.

Você vai penalizar um produtor. Ele é sazonal, o pequeno produtor produz muito pouco. Então, ele tem que se organizar. Quando ele se organiza, ele precisa montar, elaborar um projeto de venda. Aí fica um pouco mais burocrático.

Esse projeto de venda... Em uma das ocasiões recentes, quando eu procuro o Dr. Herbert... Eu disse: “não é possível que todos esses projetos sejam viciosos, tem que ter um projeto sério, não é possível que sejam viciados todos esses projetos”. Ele falou: “investigue, você agora, como novo presidente, investigue”. Eu fui fazer isso.

Fiquei feliz quando encontrei um projeto de venda. Achei um projeto de venda que tinha os produtos e os produtores, conseqüentemente as DAPs, e fui levar para o promotor. Falei: “olha, encontrei um projeto de venda legal, nem todos são viciados então”. Aí ele fala: “deixa eu te mostrar o que acontece, Nilson”.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Quem respondeu isso para ele? Eu não entendi.

**O SR. NILSON FERNANDES** - O promotor Herbert, que esteve aqui. Aí ele me mostra que o projeto é viciado, porque eles começam do orçamento. Eles apresentavam três orçamentos.

Então, nenhum projeto seria legal, tanto que, quando eu assumi como presidente, eu não entreguei nenhum produto. Não dei sequência em nenhum contrato.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas o senhor acha que esses técnicos, que elaboravam esses projetos, o faziam por orientação da antiga diretoria? Como era isso? Ou eles o faziam por conta própria? Como funcionava?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Isso vai de pessoa para pessoa, mas parecia que era um grupo de pessoas que estava trabalhando em relação a estes projetos de venda. Há de ter consentimento de algumas pessoas para poder elaborar um projeto.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor acha que eles eram orientados a fazer, propositadamente, esse tipo de projeto que levava erros...

**O SR. NILSON FERNANDES** - Acredito que sim.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor também disse que encontrou coisas espantosas - são palavras suas - no decorrer dos meses em que está à frente da Coaf. Eu queria perguntar, em relação aos problemas que o senhor encontrou: o senhor fez auditorias quando entrou? Quais são os problemas, exatamente, que o senhor encontrou desde o momento em que esteve à frente da cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Logo que eu entro na cooperativa, já pego um problema sério, que são os empregados, os funcionários. Precisava fazer a folha de pagamento e não tinha mais recursos. As prefeituras que tinham que fazer os repasses das vendas que já tinham ocorrido começaram a bloqueá-los, não fizeram mais os repasses. Por sua vez, algumas prefeituras pediam certidão negativa e nós tínhamos que pagar essa certidão, mas não tínhamos dinheiro no caixa. Nenhum centavo ficou no caixa da cooperativa. Não havia nenhuma fonte de recurso. Então, não conseguíamos elaborar isso.

Nós fizemos uma auditoria interna, na medida das condições que tínhamos para fazê-la. O escritório contábil não fez, não participou, não apresentou. Desde que assumimos, todas as nossas ações estão aqui, nesta prestação de contas.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor trouxe esse relatório?

**O SR. NILSON FERNANDES** - É o nosso processo...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu queria pedir que isso fosse deixado conosco e a Presidência passasse uma cópia para os deputados.

Concedo um aparte ao deputado Estevam Galvão.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Eu só queria fazer uma pergunta. Nilson, nessa auditoria interna que você fala que fez, você tem uma noção de quanto - em dinheiro, movimentação financeira - passou pela cooperativa durante o período do presidente Chebabi? Tem essa noção, nessa auditoria interna? Quanto de dinheiro passou pela cooperativa através do estado, das prefeituras, etc.?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Olha, a maioria... Nós entramos na cooperativa e não tem documentação. Os computadores, até hoje, estão na delegacia e vão ser transferidos agora para o Ministério Público Federal. Então, não tivemos acesso a isso. Mas a pouca documentação a que tivemos acesso, que foi deixada para trás ou de que já foi feita a devolução... O movimento da cooperativa, no seu montante, em torno de 24 ou 25 milhões, o montante geral... Eu ouvi o promotor comentando algo em torno de 38 milhões.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Passaram pela cooperativa durante esse período?

**O SR. NILSON FERNANDES** - É, tanto estadual, federal ou municipal.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - De qual período V. Exa. está falando, deputado Estevam?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Foi no período todo.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - O período do Chebabi como presidente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ok.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Só mais uma pergunta. Uma coisa ficou clara. Para a agricultura familiar, esta cooperativa nunca prestou nenhum serviço, até porque, pelo que temos conhecimento, a cooperativa nunca vendeu nenhum produto agrícola para nenhuma prefeitura, nem para o Estado. Vendia apenas suco, que era, certamente, industrializado em algum outro lugar. Não é isso? Para o agricultor familiar, a cooperativa prestou algum serviço?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Pouco, pouquíssimos produtores.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Quase nada.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Quase nada, em um volume de 1.070 DAPs. Poucos produtores foram atendidos, pouquíssimos. Mas foram. Tanto que, quando eu assumo, sou procurado por alguns produtores que falam da importância da cooperativa.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Após assumir, fazendo essa auditoria caseira que o senhor disse que fez, o senhor percebeu com clareza que a Coaf funcionava 100% como uma organização criminosa, lesando o Estado, lesando prefeituras, etc.? O senhor pode responder?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Olha, inicialmente, o processo da cooperativa não é 100% ilícito. Ela tem um desvio nesse caminho.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Ela foi criada com um objetivo, mas eu digo depois, em seu funcionamento.

**O SR. NILSON FERNANDES** - O funcionamento, já nessa parte final da cooperativa, da qual vem tratando a Operação Alba Branca, sim. Estão nesse caminho.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Estou satisfeito.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu queria perguntar se o senhor sabe, se o senhor percebia, mais ou menos, como era o procedimento do pagamento de comissões da Coaf. Quem recebia? O senhor tinha conhecimento sobre os valores?

E também, já aproveitando, o senhor disse em várias reportagens, o senhor fala em propina. O que exatamente significa isso? O que o senhor sabe dizer sobre propina?

Eu queria saber se o senhor vê diferença, pois tivemos aqui, na semana passada, um debate sobre a diferença entre comissão e propina, se elas são diferentes ou se são a mesma coisa. Em minha opinião, são a mesma coisa. Queria saber se o senhor faz alguma diferença entre comissão e propina e se o senhor tem conhecimento dos pagamentos de propina, para quem foram dados, já que o senhor ficou quase um ano ali, ainda no período em que ocorria toda essa corrupção, em que toda essa máfia estava ali, implantada, atuando com muito vigor.

Então, queria saber quais são, de fato, as informações que o senhor percebeu, uma vez que o senhor se desligou da cooperativa por absoluta incompatibilidade ideológica; queria saber se, nessa incompatibilidade ideológica, também estava presente essa questão da suspeita sobre propina. Ou da certeza do pagamento de propina.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Pois é. “Propina” começam a falar agora, em meados da deflagração da Operação Alba Branca. Antes disso, a gente fala de “comissão”. Produtor conhece o que é comissão. Eu converso com os produtores. Eles falam: “Olha, eu tenho aqui umas caixas de manga. Se você vender as caixas de manga, eu te pago uma comissãozinha, porque eu não sei ir à cidade, vender”. Então, ele faz isso. Essa questão da comissão é de conhecimento.

Propina, não. A propina começou a tomar proporções agora, na Alba Branca. Agora começaram a tomar proporções a propina e o pedágio. Eu não conhecia também, essa palavra “pedágio”.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O que é o pedágio? E o que é a propina? Há diferença entre os dois?

**O SR. NILSON FERNANDES** - É o resumo das informações que nós acompanhamos na mídia. Em um dos depoimentos, eles falam que...

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Eu gostaria de fazer uma questão de ordem, presidente. Posso?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Vossa Excelência tem a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Acho que ele tem que falar sobre fatos que ele viu dentro da cooperativa. Isso de “ouviu na mídia, não ouviu, isso e aquilo” não contribui, pois todos nós ouvimos. Precisamos saber de fatos. O que o senhor viu? Fatos.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A minha pergunta, deputado Carlão, é exatamente sobre esse período em que ele ficou lá, quando ainda estava em vigor a máfia, ali dentro. O que ele depreendeu disso? Acho que é pertinente, a minha pergunta. Gostaria que ele a respondesse.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Como eu fazia apresentação da cooperativa em viagens, exposições e assentamentos, eu ficava praticamente a semana toda fora. Eu chegava no final de semana e me organizava para ir a outro evento. Então, eu só coletava algumas informações no final de semana, conversando com um aqui e outro ali. Nessas conversas, nesse período em que eu trabalhava lá, era comissão. Falava-se em comissão. “Contratou fulano para vender, contratou sicrano para vender”. Então, era comissão. Não se falava em propina nesse período.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Só para finalizar...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Gostaria de lembrar que V. Exa. já excedeu o seu tempo, e bastante.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - É a última questão. Ele citou também a questão dos produtores rurais. Eu só queria uma resposta, pode ser bem simples. O senhor acha que os produtores rurais foram todos usados pela má-fé dos diretores e funcionários da Coaf?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Na sua maioria. A maioria dos produtores, sim.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dando continuidade à nossa lista de inscritos, antes de o deputado Carlão Pignatari usar da palavra, quero registrar a presença da deputada Ana do Carmo e dos deputados Teonilio Barba e Enio Tatto.

Tem a palavra o nobre deputado Carlão Pignatari.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Quero cumprimentar o Sr. Nilson. Imagino a bucha que o senhor deve ter pegado ao assumir uma cooperativa que, em minha concepção, através de seus gestores, fraudou muita gente. Muita. Estado, União, prefeituras, enfim.

No começo de sua fala, você se sentiu, dizendo que acabou a atividade da cooperativa. Uma pergunta muito clara: a Coaf foi impedida de vender por vários motivos, mas acho que o maior motivo foi por ter fraudado a lei do cooperativismo, que é belíssima. O senhor deve saber melhor do que todos nós. Percebo que o senhor era contratado para que pudesse levar o espírito do cooperativismo à agricultura familiar, aos pequenos produtores, aos assentamentos. Os assentamentos, hoje, têm muita dívida ainda. Devem ter. Se alguém vendeu, tem dívida com a cooperativa. Mas será que a cooperativa... O senhor achava correto ela comprar o produto industrializado, do Ceasa ou de grandes empresas, e vender para prefeituras, ou para o Estado, ou para qualquer órgão?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Olha, o projeto é muito claro. Ele é para incentivar a agricultura familiar. Em nenhum momento ele fala para comprar de outro local. A cooperativa começa a buscar esses caminhos... O que nós enxergamos lá, com o produtor? Primeiro: o produtor não nasce no Ceasa. O produto nasce em uma propriedade. Então, de certa forma, indireta ou diretamente, acaba atingindo isso.

Outro ponto muito importante é que, na própria Ceagesp e nesses Ceasas, também há produtores pequenos. O Governo abre algumas oportunidades para os pequenos produtores participarem do Ceasa. Também é beneficiado, o pequeno produtor.

Nessa questão diretamente ligada à cooperativa e à sua ação para beneficiar o pequeno produtor, ela ajuda muito algumas famílias. Não em 100%, ela faz, ela efetivamente faz concluir.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Mesmo durante esse período?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Mesmo nesse período, foi feito um trabalho em paralelo. Compravam-se produtos do pequeno produtor. Já o suco, não. O suco, no início do projeto, era comprado do pequeno produtor; a laranja, a fruta. Já agora, no final, quando assumimos em fevereiro e começamos a pesquisar o que tem...

O pessoal vem nos cobrar. Veio uma empresa nos cobrar 850 mil reais, que é o envase do suco. Tecpolpa, de Dobrada. Veio com um relatório e nos mostrou o serviço prestado para a cooperativa no final de novembro. Parece que essa dívida, até outubro, estava quitada; a partir de novembro, houve essa dívida. No estoque, havia embalagens com a logomarca do Estado, proibida a venda, e outra caixinha sem a logomarca, que é para vender para outras prefeituras.

Pois bem. Quando ele apresentou esse estoque, nós falamos: “Bom, o estoque que nós temos, se o comercializarmos, nós pagaremos a sua dívida”. Ficou mais ou menos assim conversado. Posteriormente, ocorreram alguns fatos no meio do caminho, e fui lá para conferir o estoque. O suco é da cooperativa. Obviamente, se o suco está na caixinha da cooperativa, o suco é meu, da cooperativa, então posso comercializá-lo. Mas não tinha mais estoque nessa empresa. O estoque tinha sumido. Tanto que fiz um boletim de ocorrência em Barretos, a respeito desse suco.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Vamos ver se entendi: o senhor disse que ele foi, disse que havia um estoque lá. Quando o senhor foi conferir, ele disse que não havia mais.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Simplesmente o estoque não existia.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Nós precisamos do nome desse fornecedor, para trazê-lo aqui.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Foi o que falei para ele naquele dia, para o proprietário dessa empresa: “Se o suco é da cooperativa, o senhor só poderia expurgar esse suco, sumir com esse suco, seja o que for, com autorização nossa.” E não foi dada, essa autorização. Esse suco, se é do pequeno produtor, nós estamos devendo para ele. Eu preciso saber quem é esse pequeno produtor, pois precisamos assumir essa dívida. E eu não sei, até hoje, de onde veio esse suco. E muito menos o destino.



**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - O senhor, olhando hoje a cooperativa, como presidente atual, acha... Na verdade, o senhor não pode achar nada, o senhor tem que falar de fatos, mas o senhor tem a clara convicção de que é possível, ainda, fazer com que a cooperativa volte a funcionar? Da maneira legal, com os benefícios que existem?

E a dívida que apareceu? As pessoas vão cobrar. Se há algo para receber, vão cobrar. As prefeituras, se você entregou, elas têm que te pagar. Ou o Estado: se você entregou, ele tem que te pagar. Você tem uma ideia, hoje, da dívida atual da cooperativa? Que apareceram lá, procurando o presidente para tentar resolver, fora esses 850 mil reais, que vamos chamar essa empresa aqui.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Olha, eu comecei a visitar os produtores. Todos os produtores que eu visito têm uma dívida. A dívida, com o produtor, é pequena. Às vezes são de 50 reais, 100 reais, mas isso é muito dinheiro para o produtor. Isso é uma despesa, é um mês.

O volume total a que nós chegamos é em torno de cinco milhões de dívida. Dívida de banco. Eu falo assim: as dívidas do pequeno produtor são pequenas, são muito pequenas.

Eu consegui concluir um pagamento de um produtor, faz duas semanas, um produtor de banana-maçã, trabalhando muito, participando de feira. Nós fomos quitando, quitando e eu consegui, há duas semanas, quitar com esse produtor. Fiquei muito feliz com ele. Mas eu tenho outras dívidas com outros produtores que nós vamos tentando quitar. Mas tem dívidas que aparecem e que nós não temos um documento. O produtor chega e fala assim “olha, você está me devendo”. Mas eu preciso de um documento porque eu só posso fazer o que estou fazendo aqui, ou seja, trazendo como prestação de contas. Entrou um dinheiro, eu pago, mas eu tenho que ter um comprovante.

Então, tem muitos dizeres. Mas o banco é uma dívida gigante.

Os veículos da cooperativa todos estão refinanciados. O banco está lá para pegar e nós temos que renegociar, fazer um agendamento de prioridade para poder segurar pelo menos algumas ferramentas para darmos continuidade ao trabalho. A dívida chega em torno de cinco milhões no seu montante.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dando continuidade à nossa lista de inscritos, nós vamos ouvir o deputado Alencar Santana Braga. O tempo de inscrição está terminando exatamente neste momento: exatamente 11 horas e 23 minutos. Deputada Ana do Carmo, deputado Teonilio Barba, deputado Enio Tatto.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Sr. Nilson de assumir a direção da Coaf nesse período bem tumultuado, polêmico, e pelo que o senhor está expondo aqui com uma preocupação muito forte com o produtor rural.

Pelo seu depoimento, nós temos a certeza - esse debate já pintou em algumas reuniões anteriores - de que os produtores também foram lesados, foram prejudicados, foram enganados por essa turma que roubou os produtores rurais, como roubou o Estado, como roubou os estudantes, as prefeituras, enfim, como roubou o dinheiro público.

Enganar pessoas que têm, no seu dia a dia, a tarefa de trabalhar a terra, que o seu ofício é trabalhar a terra, gerando alimentos para nós, às vezes pessoas que não sabem ou acabam não tendo interesse de cuidar de papéis, da burocracia, porque o ofício é outro... E o senhor está com essa preocupação, então queria parabenizá-lo por isso e também essa disposição de colaborar com a CPI, estou vendo aqui uma forte disposição. Acho até que nós queremos também isso. Queremos pegar os responsáveis da Coaf, mas também queremos pegar os responsáveis públicos que fizeram os conluios. E acho que V. Exa. pode ainda colaborar mais conosco, o que esperamos que aconteça no decorrer dos trabalhos.

O senhor falou sobre os registros dos funcionários, que levantaram os registros dos funcionários. É isso? O senhor levantou os registros dos funcionários da cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu não entendi a pergunta.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor levantou o registro de todos os funcionários, foi atrás do INSS, levantou quem eram os funcionários da cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Fiz uma pesquisa antes de tomar algumas decisões, haja vista que a CLT tem só cobertura com os funcionários. E a preocupação nossa foi “não tenho dinheiro para poder pagar o próximo salário. Como posso demiti-los?” E essa foi a orientação que eu tive: “Nilson, se você der a demissão para esses funcionários, eles terão, no mínimo, seis meses de seguro desemprego; no mínimo. Pelo menos essa é a garantia deles poderem sustentar as famílias deles. Mas o senhor vai ter que ser corajoso.”

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor poderia enviar para essa CPI - pediria a colaboração - a relação de todos os funcionários da Coaf nesse período de existência dela, bem como o salário que recebiam e qual era a função deles?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Sim, posso fazer esse levantamento, se o nosso escritório de contabilidade também colaborar conosco.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Essa informação que o senhor levantou junto ao INSS, ao Ministério do Trabalho, essas informações para nós, para saber quanto eles ganhavam e até a evolução patrimonial dessas pessoas.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Deputado Alencar Santana Braga, posso dar um pequeno aparte? (Assentimento) Quantos funcionários a Coaf tinha quando o senhor assumiu?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Naquele primeiro momento em que eu trabalhei lá, tinha 41 funcionários. Quando eu assumi foi feita uma demissão de 29 funcionários.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Quarenta e um funcionários.

**O SR. NILSON FERNANDES** - É. No primeiro momento em que eu trabalhei, chegou a 41. Mas tinham muitos empregos indiretos. Haja vista que as indústrias contratavam pessoas para moer, fabricar o suco, tanto que eu recebi informações. Mas o número de funcionários diretos no momento ela tinha 41 e, no meu momento, 29.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - A diretoria estava no meio desses 41? Eles também eram contratados.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eles não são contratados. Estamos falando aqui de funcionários, empregados, CLT. São 41. E fora esses celetistas, há os diretores, que são pró-labores e foge à questão da CLT.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Além da relação dos funcionários com os seus respectivos salários, a relação das pessoas que trabalhavam de alguma maneira, por exemplo, recebendo pró-labore da cooperativa, a relação delas e quanto era. Se o senhor puder enviar para nós, agradeço, pois isso é fundamental.

Assim que chegar essa prestação de contas do escritório - eu considero oportuno nós trazermos o representante do escritório aqui para trazer informações; vamos apresentar requerimento nesse sentido... Mas se já chegar de antemão essa informação a vocês, se puderem remeter à CPI assim que o escritório prestar a vocês essas informações... Para nós isso é importante. Pode ser?

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Com relação ao escritório de contabilidade, em que pese todas as modificações e encaminhamentos de cunho administrativo foram tomadas, inclusive por orientação nossa. Nós falamos para o Nilson que a jurisdição, como é de conhecimento de todos nós, deve ser a ultima ratio que deve ser utilizada para a satisfação da obrigação do escritório para com a cooperativa. A partir de então nós estamos tomando providência, inclusive ontem nós passamos o dia praticamente todo na delegacia de polícia lá de Bebedouro, fazendo o registro de todas as ocorrências de apropriações indébitas e inclusive da prestação de contas do escritório de contabilidade.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Nilson, o senhor falou há pouco que tinha um estoque de produtos contratado pela Coaf da empresa Tecpoupa. O senhor disse que, nesse estoque, tinha produto embalado com a logomarca do Estado, e que o senhor determinou à empresa que não se desfizesse desse estoque. O produto era do senhor, da sua cooperativa, no caso. Depois, o senhor disse que esse estoque sumiu e que o senhor fez um boletim de ocorrência em Barretos. Por que em Barretos? - só para esclarecer. E o que diz esse boletim? Ali está registrando o quê?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu recebo uma denúncia que o suco da Coaf estava sendo vendido em uma lanchonete do AMA em Barretos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Como é que é?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Numa lanchonete do AMA em Barretos. O suco da Coaf estava sendo vendido.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas como o senhor sabe que era da Coaf?

**O SR. NILSON FERNANDES** - A denúncia que eu recebi fala que era o suco da Coaf. O pessoal conhecia o suco da Coaf. Então ele viu esse suco nessa lanchonete e me falou: “você está vendendo suco?” Eu falei “Não, não estou vendendo suco”.

Esse suco eu encontrei lá na lanchonete em Barretos. Depois recebi mais outra denúncia dizendo que foi encontrado esse suco também em uma rede de supermercado, em Barretos também.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Qual o supermercado?

**O SR. NILSON FERNANDES** - “Dois Irmãos”, se não me engano, é esse o nome. No dia seguinte, eu fui a Barretos. Fui à lanchonete e não encontrei o suco. Mas falei para a pessoa responsável pela lanchonete que eu ia fazer um boletim de ocorrência devido ao caso Coaf. Tudo o que eu recebo de denúncia eu preciso fazer um boletim de ocorrência. Mas então ela não tinha mais o suco e tinha recebido uma orientação de tirar o suco, porque era proibida a venda. Então já não tinha mais o suco ali.

Depois eu fui ao supermercado. No supermercado também foi retirado o suco das prateleiras. A pessoa tinha recebido uma orientação para retirar o suco porque não podia ser vendido.

Saí dali, fui para a delegacia e fiz um boletim de ocorrência. O investigador, o delegado, o chefe de investigadores me perguntaram o que era o produto... Como é o caso Coaf, eles precisavam dar um atendimento a essa denúncia. E falou assim: o que você precisa? Eu falei “eu preciso da caixinha do suco e do tíquete do supermercado”,

porque denúncia nós já tínhamos, mas era preciso comprovar isso. E realmente a DIG se prontificou, foi e investigou e levantou que o suco estava sendo comercializado em outro supermercado, filial desse supermercado a que eu tinha ido, e encontrou lá.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Esse produto tinha o que lá? Como era essa caixinha? Tinha só o nome da Coaf ou tinha o quê?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Nesse supermercado, a denúncia que eu tinha recebido é de que tinha produto do Estado cuja venda é proibida. Mas nessa caixinha que a polícia encontrou havia um produto que podia se vender para prefeituras, mas não para o Governo do Estado. Coaf, o lote, a data e eu fiz o boletim de ocorrência em cima desse produto que eu tinha encontrado lá.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Tá certo. O senhor acredita, o que o senhor está me dizendo é que tinha um estoque na empresa Tecpoupa, que esse estoque sumiu e que, dentre outros locais, esse suco foi encontrado na lanchonete da AMA e do mercado e depois desses dois supermercados. E também sumiu o produto... Esse não estava identificado com o logo do Estado, mas o que tinha o logo do Estado também sumiu.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Também sumiu.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E a informação é que tanto na AMA quando no primeiro supermercado tinha o logo do Estado?

**O SR. NILSON FERNANDES** - A do supermercado tinha logo do Estado. Já a do AMA não me recordo agora. Mas tinha um produto da Coaf. No supermercado tinha a logomarca.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quer dizer que a empresa comercializou isso de uma forma indevida. Para vocês é bom, porque vocês não têm dívida com ela. Se ela vendeu um produto que era de vocês e não podia, já zerou a dívida.

Eu vou voltar aqui no tema que a deputada Beth Sahão tocou, o senhor falou em algumas entrevistas, aliás, tem uma aqui, o senhor fala em propina. O que era propina para a cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Na verdade é assim: quando eu menciono, falo de propina, deve ser numa matéria. E as pessoas me perguntam, os repórteres me perguntam de propina. E nós nos reportamos a essa mesma questão. O que nós entendemos é comissão de venda. A propina nós já começamos a encarar com essa questão da Alba Branca como... o lucro da cooperativa é dez por cento. O lucro da cooperativa tem que vir para o produtor; e nunca veio para o produtor.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E ia para quem?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Essas propinas iam para as comissões. Não vinha para o produtor.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Já retoma a palavra o deputado Alencar Santana Braga. O seu tempo está preservado aqui.

Só gostaria de solicitar aos nobres deputados para que não fôssemos repetitivos nas perguntas. Que nós ocupássemos o tempo de maneira sábia, porque se ficarmos repetindo as mesmas perguntas nós desperdiçamos o tempo de colher mais informações, porque as informações já foram colhidas, já houve as respostas, e tornaríamos a reunião contraproducente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A minha questão é pertinente a essas falas porque eu acredito que cada deputado aqui tenha uma linha de raciocínio e, quando ele faz indagações, ele quer chegar a algum resultado. Portanto, tem que ser respeitada essa linha de raciocínio e as perguntas que os Deputados fazem. Cada um tem o seu tempo e, dentro do seu tempo, pode-se perguntar aquilo que achar conveniente. Era isso que eu queria dizer a Vossa Excelência.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputada, nós respeitamos essa linha de raciocínio. Apenas fiz a colocação para nós tornarmos a

reunião mais produtiva. Se quiserem ficar insistindo na mesma pergunta, todos farão a mesma pergunta e nós não teremos as respostas que gostaríamos de obter.

Deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Bom, cada um entende qual a resposta que gostaria de ter.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Desculpe, Excelência, mas o senhor não pode dirigir o raciocínio do deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, relevo o que V. Exa. falou sobre as perguntas. Quero só garantir o meu tempo.

Algum prestador de serviço, de vendedor, de representante, de lobista foi à cooperativa cobrar alguma coisa nesse período?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nenhum?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Nenhum.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Queria que o senhor me falasse um pouco sobre o papel do Cassio, do Adriano, do César Bertholino, do Marcel. O que o senhor sabe sobre eles?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Olha, eu assumo dia 10 de fevereiro. De lá para cá eu consigo responder algumas coisas. Marcel, o Cassio Chebabi como presidente, Adriano. O Adriano eu vim a conhecer no finalzinho, quando sai o Cassio e entra o Carlos Alberto Santana. Eu fui apresentado ao Adriano como gestor financeiro, uma empresa contratada nesse sentido. Posterior a isso, eu o conheci um pouco mais quando vem aquela questão da Coperadis, que já é outra cooperativa que eles tinham montado em outra cidade. Aí comecei a entender um pouco mais que é Adriano, e esse pessoal todo aí. Então, desse pessoal, o que eu posso falar é isso.



**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor sabe dizer o custo do suco de laranja, por exemplo, de 200 ml para cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não sei. Foram apresentados vários números. Eu vejo nesse documento que nós vamos revirando para tentar montar esse quebra-cabeça, vejo lá custo de 1,10, de 1,15 uma caixinha de 100 ml, depois vejo de 2,80 e 2,70, portanto não dá para encontrar o que eles consideram custo numa caixinha de suco desta.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Está dizendo o custo ou o valor do contrato?

**O SR. NILSON FERNANDES** - O custo da caixinha, não a venda comercial. Custo de fabricação, de parceria.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Você tem os documentos em relação a isso?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Havia alguns rascunhos lá, não? Daqueles documentos todos que foram apreendidos, sobraram alguns rascunhos, algumas caixas. Então vamos tentando montar o quebra-cabeça e acabamos vendo algumas anotações nesse sentido.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Foi noticiado, e pessoas aqui na semana passada, por exemplo, o Sr. Caio, disse que houve cheque emitido em nome da cooperativa para pagar lobistas e determinadas pessoas. O senhor sabe sobre isso?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não, eu desconheço, porque também não tive acesso a esses cheques.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Para poder colaborar na investigação, já que, pelo que estou entendendo, também é desejo do senhor que isso seja esclarecido, como presidente da Coaf, o senhor autoriza a esta CPI a quebra do sigilo bancário da cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Com certeza absoluta.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, ele concede esse direito à CPI. Que peçamos imediatamente ao banco as informações bancárias da cooperativa para esta CPI, porque é importante. O deputado Teonilio Barba está sugerindo também o sigilo fiscal.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Gostaria de colocar a minha também à disposição, mesmo nesse período. Vamos deixar bem aberto...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então vou refazer a questão de ordem. O senhor autoriza a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Coaf dos últimos anos para cá, desde 2011? E do senhor também?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Sim. Gostaria de deixar à disposição da comissão, para eventuais questionamentos. Quero deixar bem claro que queremos ajudar esta comissão a evoluir com esse processo.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputado Alencar Santana Braga, o requerimento foi feito por V. Exa. de forma verbal. Depois, apenas mande por escrito...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, eu já tinha feito isso. Por isso indaguei no início, porque alguns requerimentos de informações não constam na pauta. Eu tinha feito na semana passada.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Está na pauta da semana que vem, porque a pauta desta semana já estava encerrada.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sim, mas só quis dizer que ele colocou à disposição, então já está antecipada a decisão. A princípio é só.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dando continuidade à nossa lista de inscritos, tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Nilson, são mil e setenta DAPs da cooperativa. O senhor conhece a legislação sobre cooperativas?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Um pouquinho.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor sabe o que caracteriza fundamentalmente uma cooperativa? Uma cooperativa de agricultor familiar tem que reunir que tipo de pessoas?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Da agricultura familiar.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Maravilha. Em uma cooperativa de agricultor familiar, a pessoa tem que ser um agricultor familiar.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Setenta por cento.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - No mínimo setenta por cento?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Isso.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não, isso para vender.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não, para formação.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não, para formação é 100 por cento. Ninguém pode ser sócio de uma cooperativa se não tiver a condição necessária para se associar. Quero lhe perguntar o seguinte: o funcionário de secretaria que esteve aqui e que emitia as DAPs, ele não era produtor agrícola. Como é que ele era associado da cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu até ouvi o Carlos Alberto Santana respondendo uma pergunta nesse sentido. Ele fala que dentro do regulamento do cooperativismo, 70% é de produtor e 30% não precisaria ser produtor.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não, não existe isso. Isso é para vender.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Isso foi o que foi considerado lá.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Isso é para vender para órgãos públicos e para poder cobrar 30% a mais no preço do que no mercado. O senhor Chebabi era produtor agrícola?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Na propriedade dele há laranja.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Mas ele é produtor agrícola? Na propriedade da Cutrale também há laranja, meu amigo. O senhor conhece o Cutrale? O Cutrale tem bastante laranja também. Eu quero saber o seguinte: ele era agricultor familiar?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - De todos os dirigentes da cooperativa, havia algum produtor familiar?

**O SR. NILSON FERNANDES** - De todos... Eu acredito que não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Noventa por cento não era. O Carlos Alberto era?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Acho que 80 por cento.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Tudo bem, tudo bem. O Chebabi não era. E os outros? Eram ou não eram?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Também não eram? Não tinha nenhum agricultor familiar lá. Dos mil e setenta pequenos produtores, cadastrados como produtores para a Coaf poder ter DAF de pessoa jurídica, quantos eram verdadeiramente produtores? O senhor sabe, o senhor trabalhou com eles, o senhor vivia na casa deles. O senhor acabou de dizer isso aqui. Quantos eram verdadeiramente agricultores familiares?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Olha, estamos falando de mil e setenta. Eu não visitei todos eles.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Óbvio, nem eu imaginava que o senhor tivesse visitado.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Respondendo a pergunta, acredito que pelo menos 90% é da agricultura familiar. Pelo menos, tem que ser, não é possível. As pessoas que eu visitava eram, mas não visitei as mil e setenta, então não posso confirmar isso.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor quer dizer que 90% dessas pessoas...

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu acredito, eu tenho que acreditar nisso. É o que eu faço.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O seu conhecimento é isto: 90 por cento? Nós vamos confirmar essa sua resposta. Nós temos a relação das pessoas citadas. Então, na sua opinião, a Coaf não era uma cooperativa fictícia, não era uma cooperativa só de papel?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ela era verdadeira?

**O SR. NILSON FERNANDES** - A cooperativa existe.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Que existem no papel eu conheço dezenas. Quero saber se ela era uma verdadeira cooperativa.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não era?

**O SR. NILSON FERNANDES** - No sentido que V. Exa. está colocando, não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - No sentido do que é uma cooperativa.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não, não era, não era.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Olha, meu amigo, em 1964, faz um pouquinho de tempo, eu comecei a trabalhar em cooperativismo. Eu conheço profundamente o cooperativismo brasileiro, profundamente. O senhor sabe, porque o senhor revela que é uma pessoa séria, bem intencionada, e que não é bobo, senão também não seria escolhido presidente pelo grupo. Então não é uma cooperativa, é uma falsa cooperativa, perfeito? É uma arapuca montada para captar dinheiro, para roubar o estado, as prefeituras.

Eu só faria outra pergunta: o senhor saiu em 2014. Percebeu que havia maracutaia e saiu. Aí, o senhor ficou até final de 2015 trabalhando com assentamentos, como o senhor disse. Por conta de quem? O senhor era funcionário de alguém?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor fazia o quê? Era um esporte seu? Não tinha trabalho, não tinha rendimento, o senhor gostava de tomar ar, tomar sol?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Acredito que era ideologia minha.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Mais de um ano! Ideologia? Não, não pergunte para eles não, assim fica chato.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não estou perguntando não, é a minha vida.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eles podem orientar juridicamente...

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Ele pode consultar o advogado dele sim.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Por favor, responde. O senhor era funcionário de alguém. O senhor ganhava de alguém. O senhor é rico, milionário? O senhor precisa do seu salário ou não?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Pois é. O senhor fez uma pergunta que todo mundo gostaria de saber: como eu vivo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Opa! O senhor está brincando, o senhor não está falando a verdade. Todo mundo quer saber como é que o senhor vive?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Todo mundo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ninguém sabe?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Ninguém sabe.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Mas então explique para nós. Nós também queremos saber. Do que o senhor vive?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Deputado, o trabalho que eu faço em assentamento, que eu dei continuidade, foi explícito e voluntário. Não recebi nenhum centavo de nenhum deputado, de nenhum partido político, de nenhuma empresa. Foi uma iniciativa minha, porque eu entro nessas comunidades, vou a esses acampamentos

e sei o que eles passam. Tenho um conhecimento e tomei, por decisão, compartilhar aquilo que eu conheço. Foi iniciativa minha.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E nesse período o senhor ganhava do quê? O que o seu advogado disse para o senhor falar? Fale para nós também.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Deputado, eu levanto sozinho, caminho sozinho e posso falar por mim mesmo. O senhor pode perguntar o que quiser para mim que eu vou responder.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Está perguntado: como é que o senhor vivia nesse período? O senhor vivia do quê? Um ano e pouco o senhor trabalhou, não é?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu trabalhei um ano, menos de um ano na cooperativa.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A cooperativa foi oito ou nove meses. Eu estou perguntando quando o senhor trabalhou nesse serviço voluntário.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Depois disso eu recebi seguro-desemprego, por seis meses e pouco, e depois eu comecei a fazer biscates, vendia alguma coisa aqui, outra ali, e assim eu seguia.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E o senhor foi para a cooperativa em 2013 a convite do Chebabi?

**O SR. NILSON FERNANDES** - É. O Chebabi me convidou para fazer o trabalho que eu faço na questão social.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E o senhor voltou no final de 2015?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não, eu voltei em fevereiro de 2016.



**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Então voltou quando aconteceu o fato, não foi? O senhor falou que foi no final de 2015.

**O SR. NILSON FERNANDES** - É, em 2015 os produtores me chamaram para poder fazer orientação, porque existia uma pretensão do Carlos Alberto Santana de recuperar o cooperativismo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Olha, eu vou ser muito franco. Eu vejo que o senhor não fez parte da corriola, da quadrilha. É muito evidente isso, mas é impressionante como todo mundo lá quer proteger essa quadrilha. Que força têm essas pessoas, é impressionante! O senhor está evidentemente aqui tentando... O senhor fala, mas não fala. Diz, mas não diz. Trabalha, mas não trabalha...

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - O senhor recebe salário da Coaf?

**O SR. NILSON FERNANDES** - O salário do presidente da Coaf hoje, se não me engano, é de onze mil e quinhentos reais.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Se não me engano? O senhor não sabe?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Vamos chegar a este número. Desde o dia 10 de fevereiro até hoje, eu trabalho e não tirei um real da cooperativa, pois ela não tem.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Deixa eu ver se entendi bem: o senhor é morador de Bebedouro, não é? É da cidade?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Sou de lá, nasci lá.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Então o senhor nasceu lá e de repente virou presidente de uma empresa que ficou famosa no Brasil inteiro por um escândalo. Presumo que às vezes o senhor ande pela rua e digam: “Olha lá, o cara que está presidindo aquela porcaria”. Então o senhor está assumindo o ônus e o encargo de assumir uma empresa complicada todo esse tempo sem ganhar nada? Essa é a realidade?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Exato. Até solicitei a quebra de meu sigilo bancário...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Olha, Sr. Nilson, o senhor tem conhecimento desta lista? Ela está ampliada aqui. Esta é a lista da divisão de prefeituras para efeito de recebimento de propina e de negociação entre a cooperativa Coaf - a falsa cooperativa Coaf -, a Coagrosol, a Cocer, há mais outras... O que é isto aqui? É divisão, quem fica com que prefeitura? O que é isto?

Sr. Presidente, V. Exa. me desculpe, eu acho que vou desistir de perguntar... Dr. Willian, o senhor tem parentesco em Osasco?

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Deputado, com todo o respeito, eu não sou o inquirido nesta reunião. Não sou obrigado a responder. Estou desenvolvendo, com todo respeito, meu trabalho, assim como V. Exa. está desenvolvendo o seu.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Perfeito. Vamos lá, eu fiz uma pergunta.

**O SR. NILSON FERNANDES** - O senhor poderia reformular a pergunta?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O que quer dizer esta lista, estas cores?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu não conheço esta lista.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor não conhece esta lista?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - O senhor narrou que, de uma forma muito feliz, o senhor encontrou um contrato quente e até o levou para o Dr. Herman, dizendo “Olha, a cooperativa tem trabalho quente”. É óbvio que, para o senhor chegar a esta conclusão, de que aquele contrato é bom, o senhor teve um parâmetro de encontrar uma dezena talvez de contratos ruins. Eu quero um exemplo concreto: que contrato ruim o senhor encontrou, seja de Bebedouro, seja de onde for? Por que ele era ruim? O que

havia de errado para o senhor escolher um contrato e levar para o Herman e dizer que era bom, era quente?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Se não me engano, era de Santa Rosa do Viterbo, o contrato. Naquele momento, esse contrato seria... O pessoal da prefeitura estava ligando para poder entregar o produto. Eu determinei que não entregasse o produto para nenhuma prefeitura, da minha admissão para frente.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Por que esse contrato é ilegal?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu peguei esse contrato para ver se ele existia de fato, porque eu havia recebido a informação de que todos os contratos eram irregulares. Então peguei esse contrato e havia alguns produtos, como cenoura, beterraba, mais ou menos nesse perfil. Nesse projeto de venda, havia as DAPs, os produtores. Se não me engano, eram 11 produtores para esse projeto de venda. Essas 11 DAPs, esses 11 produtores, condiziam com os produtos que estavam naquele projeto de venda. Por isso eu fui lá mostrar e dizer: “Olha, pelo menos um projeto que eu vi aqui é bom, é legal”.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Eu não quero saber do bom, quero saber do ruim.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu não peguei nenhum projeto ruim na minha mão. Só esse projeto que eu peguei.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Se o senhor não pegou nenhum projeto ruim, todos os contratos que estavam lá eram bons.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Olha, o promotor... Quando eu fui buscar uma orientação, ele falou assim: “todos os projetos têm vício”. E eu peguei um projeto e...

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - O senhor é presidente de uma companhia com contratos em andamento. O senhor não verificou contrato por contrato para saber se era bom ou ruim, se estava devendo ou se não estava devendo?

**O SR. NILSON FERNANDES** - A partir do momento em que eu assumi, nenhum contrato deu sequência, nenhum.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - E o senhor não se preocupou com isso?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Com uma investigação dessa proporção, não.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - E como o senhor vai fazer? O senhor está falando que tem cinco milhões de dívidas lá, possivelmente proveniente desses contratos. Como é que o senhor, como presidente, quer pagar uma conta de cinco milhões se o senhor sequer vai levantar, em cada contrato, onde está a falha e se há de fato a dívida? Qual é a lógica disso?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Quanto é o faturamento da Coaf, por mês, hoje? Mês passado, quanto foi? Este mês, quanto é?

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Quanto vendeu?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Em torno de dois mil reais, três mil reais/mês.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Dois mil? Dois mil ou dois milhões?

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Quantos funcionários tem a Coaf hoje?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Dois mil reais. Não existe mais contrato com a prefeitura.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não há mais faturamento?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E como é que vai pagar a folha de pagamento?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Estou fazendo feira. Tenho quatro funcionários.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Ele está fazendo feira, vendendo tomate.

**O SR. NILSON FERNANDES** - A única fonte de venda que temos hoje é feira, não temos contratos com prefeitura nenhuma.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Ele falou isso no começo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Tudo bem.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O deputado Barros Munhoz citou o nome de algumas cooperativas. O que o senhor sabe dizer dessas outras cooperativas citadas, Coagrosol e Cocer?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não conheço diretamente essas cooperativas. Na ocasião em que trabalhei na cooperativa falava-se que o estado estava dividido em partes.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quem falava?

**O SR. NILSON FERNANDES** - O próprio Cassio, o César, os funcionários na época que trabalhavam na parte comercial. Havia respeito entre eles: onde um entrava outro não entrava. Tinha a Coagrosol e ...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Cocer.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Cocer (ininteligível) uma coisa assim. Havia essa divisão no estado com as cooperativas: onde entrava uma não entrava a outra. Depois começou a haver uns confrontos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Se for esclarecimento técnico... se for pelo mérito o senhor não pode responder.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - É para elucidar, Sr. Presidente. Estou autorizado?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Se for um esclarecimento técnico, sim.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Excelências, o que se passa é o seguinte: a partir da deflagração da Operação Alba Branca todos os contratos com o Poder Público foram suspensos e a cooperativa, a partir de então, não recebeu mais nenhum centavo de nenhum órgão público.

Outro esclarecimento que nos parece oportuno para este momento da investigação: a cooperativa tem por mister institucional o desenvolvimento e o apoio ao pequeno produtor, o que não a impede de fechar contratos com outras empresas para comercializar outros produtos, que não do pequeno produtor, até para manter-se da sua própria atividade, desde que lícita obviamente.

Se houve ilicitude, seríamos obrigados a abolir a lei da relatividade do tempo para poder responsabilizar o atual presidente de um fato que aconteceu antes. E aí os senhores podem estar se perguntando: os dois advogados estão aqui respondendo inúmeras ações...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Quero retomar o meu tempo, conclua, por favor, deputado Alencar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O que o senhor sabe da Coagrosol e da Cocer? Estavam nessa divisão do estado, parece que é isso o que o deputado Barros apresentou.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Mas não são só essas não, têm outras.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O que o senhor sabe disso? O senhor falou que o Cassio falava, que o César falava. Quem é César?

**O SR. NILSON FERNANDES** - O César era da parte comercial junto com o Cassio, que tomava as providências, presidente da cooperativa.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eles tinham salário? O César, por exemplo?

**O SR. NILSON FERNANDES** - O César tinha salário e comissão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas comissão do quê?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Da comissão eu não sei o valor.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas comissão do quê?

**O SR. NILSON FERNANDES** - A comissão era de venda.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas venda para quem?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Ele vendia para prefeitura, para o próprio estado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Como ele vendia para a prefeitura e para o estado? Como era isso?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Ele fazia as visitas nas prefeituras e falava da condição comercial para poder fazer as vendas.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Explica melhor...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ele não vai explicar nada, Alencar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Porque uma coisa é pegar o produto e levar na feira: a manga, a maçã, a banana, como o senhor citou. Ok, você está trabalhando como vendedor. Ele tinha um salário. Mas como ele recebe vendendo para um órgão público? Não é feira: olha os cinco reais, dá aqui o produto eu levo para casa. Como era isso?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Até aí têm vendedores, permita-me deputado Alencar, que trabalham nessa atividade legal, correta e honestamente. No caso, sabemos que não é.

**O SR. NILSON FERNANDES** - No caso dessa comercialização o trabalho era levantar as prefeituras que podiam fazer essa comercialização e fazer o projeto de venda. Aí tem todo aquele trâmite de chamada e tal para poder realizar. Dentro dessa comercialização ele tinha uma comissão. Tinha o salário fixo, que é a ajuda de custo, viagem, mais a comissão quando realizava as vendas.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, vou retificar o que falei do Sr. Nilson. Eu estava até imaginando que ele fosse ingênuo, mas não é. A única coisa que não tem nessa cooperativa é laranja, a não ser pessoas que se dispuseram a ser 'laranja'. O senhor está sendo mantido lá pelo Sr. Chebabi. Eu estou fazendo uma afirmação grave porque bobo eu não sou. Tenho quase 50 anos de advocacia e 40 de política. O senhor está aqui escamoteando a verdade. Aliás, o senhor é mais um, o senhor faz parte da quadrilha também, o senhor está lá a serviço do Sr. Chebabi. O senhor não falou nada aqui, só abobrinha, só abobrinha.

Sr. Presidente, sob pena de continuarmos aqui fazendo papel de palhaços, solicito as providências de V. Exa. para irmos a Bebedouro investigar porque 90% desses chamados agricultores familiares não são agricultores familiares. Ali é um festival de parentes de amigos. É tudo fajuto lá, é tudo falso lá. Eu acho que os estudantes já não aguentam mais, ninguém aguenta mais. Nós queremos é apurar a verdade e com depoimento desse tipo não vamos a lugar algum. Eu solicito isso como membro da comissão: medidas concretas.

Já que eles não querem se dispor, já que os promotores de lá também não investigaram, já que os delegados de lá também não investigaram, vamos nós, que temos obrigação como membros desta CPI investigar.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Acataram a solicitação de V. Exa., deputado Barros Munhoz.



**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Vossa Excelência me concede um aparte, Barros, para fazer uma pergunta a ele?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor me concede um aparte?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Eu gostaria de informar que o tempo do deputado Barros Munhoz já esgotou.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Quando o senhor chegou na cooperativa o senhor disse que tinha alguns carros. O senhor vendeu os carros. O que foi feito com os recursos apurados pela venda dos ativos da cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - As contas continuavam chegando. Eu trouxe a prestação de contas de todas as ações que tomamos dentro da cooperativa. Nesses documentos estão bem explícitas todas as ações que tivemos de tomar.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Quantos carros foram vendidos?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Seis veículos.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - O senhor apurou quanto por isso?

**O SR. NILSON FERNANDES** - No total acho que vai dar 150 mil reais ou 130 mil reais.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - E isso foi...

**O SR. NILSON FERNANDES** - Foi paga rescisão trabalhista, foram pagas contas, aluguéis, tudo foi revertido para a própria cooperativa. A prestação de contas está aqui.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, fica o meu requerimento de fazermos diligência a Bebedouro. Nós vamos descobrir quem é quem. Vai ter um

laranjal lá maior do que o da Cutrale. O que tem de 'laranja' lá como o Sr. Nilson é maior que a Cutrale.

Os advogados da Coaf recebem da Coaf?

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Nenhum centavo, Excelência.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ô, mas que maravilha, por isso todo mundo está preocupado em resolver o problema do Brasil. É o voluntarismo.

Fica esse requerimento para fazermos diligências e reuniões dois, três dias em Bebedouro ouvindo as pessoas que moram lá.

A minha solicitação é que o Sr. Nilson saia preso daqui porque ele mentiu o tempo todo aqui. Ele tem de ser responsabilizado. Aqui não é um circo para o senhor fazer esse papel que fez.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - O requerimento do nobre deputado Barros Munhoz de realização dessa diligência será colocado em apreciação.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Excelência, nós fomos citados...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor é advogado. Ele não foi questionado.

**O SR. WILLIAN RAFAEL GIMENEZ** - Mas eu fui citado e tenho o direito...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Eu gostaria de colocar em apreciação o requerimento do nobre deputado Barros Munhoz...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente, quero fazer uma Questão de Ordem sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Qual é a Questão de Ordem.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quero concordar com o deputado Barros, acho que de fato temos de fazer algumas diligências e quero incluir - e aí pedir o

seu acordo - o pedido de que esta comissão vá ao desembargador Dr. Rui pedir celeridade nos processos que estão sob sua responsabilidade.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - De acordo, é outro pedido. De acordo com o pedido de Vossa Excelência.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Estarão nesse mesmo pedido tanto a diligência em Bebedouro, como uma agenda com o desembargador para pedir celeridade na vinda desses documentos.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Esta Presidência pede aos nobres deputados para que façam esse requerimento por escrito. Nós acordamos isso, se os senhores lembram, logo nas nossas primeiras reuniões: os requerimentos deveriam ser por escrito. Então vou pedir ao nobre deputado Barros Munhoz e Alencar Santana Braga para que encaminhem, por gentileza. Se chegarem ainda hoje, colocamos em apreciação hoje.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E quanto ao pedido de ordem de prisão para o depoente? É regimental, é constitucional.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Deputado, é uma prerrogativa de Vossa Excelência.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu peço que aprecie. Esse homem não pode sair daqui dando risada. Ele tem de ser preso.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Eu coloco à apreciação dos membros da comissão, para não tomar uma decisão monocrática, o pedido do deputado Barros Munhoz. Antes, porém, quero registrar a presença do deputado Cássio Navarro, enriquecendo a nossa comissão.

Há consenso para essa aprovação?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado Barros, concordo com o seu desejo de que essa investigação seja mais célere. Quanto ao pedido de prisão,

temos de provar o falso testemunho. Eu acho que ele pode colaborar mais e falei isso no início da minha fala. Eu não vejo elementos, eu não vejo provas.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Quem é contrário à medida vota contra. Eu sou a favor da moralização. É por isso que a CPI se desmoraliza.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E por que não pedimos a prisão do Chebabi também, que veio aqui e é citado em verso e prosa como sendo um dos grandes responsáveis...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu pedi.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - ... pela propina, pela máfia da merenda, pela Operação Alba Branca. (Palmas.)

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Quem cometeu as irregularidades não foi esse moço. Ele chegou depois. Quem cometeu as irregularidades foram os anteriores.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Sr. Presidente, solicito cinco minutos de suspensão dos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Está acatado o pedido do nobre deputado Chico Sardelli.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Adilson Rossi.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Vou solicitar uma vez mais ao público presente para que faça silêncio, caso contrário vou pedir para que sejam retirados do recinto. Não toco mais nesse assunto. Na próxima manifestação vou

solicitar à Polícia para que coloque os estudantes para fora do recinto. Não é esta a decisão que gostaria de tomar. Os trabalhos estavam indo bem até agora, vocês são bem-vindos...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu sou um cara de bom senso, embora não pareça, mas já percebi que sou voto único. Então eu não quero constranger ninguém e democraticamente, muito inconformado e revoltado com o comportamento criminoso desse cidadão, eu abro mão do meu pedido de prisão.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Fica retirado então o pedido do deputado Barros Munhoz.

Vamos dar continuidade à lista dos inscritos.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Sr. Presidente, quero pedir que os deputados abram mão de sua fala para ouvirmos a outra testemunha. Eu gostaria de pedir anuência nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Consulto se os inscritos abrem mão do tempo para ouvirmos o próximo depoente.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Não. Eu quero fazer algumas perguntas bem objetivas.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - O deputado Teonilio Barba não abre mão do seu tempo, portanto tem V. Exa. a palavra por cinco minutos.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Vou tentar ser rápido e objetivo.

Cumprimento o Nilson. A impressão que dá, Nilson, é que a Coaf era uma quadrilha para fazer conchavos com governos estaduais e prefeituras municipais antes da sua chegada. Esta impressão minha está correta?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Está.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - A partir do momento em que você assumiu a presidência... Você é o novo presidente porque você foi procurado por pequenos agricultores que querem continuar tocando a vida com a Coaf. Você é agricultor familiar?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Eu tenho um arrendamento de 1.2 hectares de terra. Não consegui tocar depois que entrei na cooperativa.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Na cooperativa, a partir da sua presidência agora, quantas pessoas são responsáveis por assinar a prestação de contas: presidente, secretário de gestão financeira, secretário geral. Quem são os responsáveis por assinar a partir de agora os documentos da cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - O presidente, o vice-presidente, o tesoureiro, o segundo tesoureiro, o secretário e segundo secretário.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - A partir da sua presidência agora essa cooperativa faz uma assembleia mensal para fazer um balanço de prestação de contas?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Neste mês e no mês passado não fizemos. Anterior a isso vínhamos fazendo.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Porque é uma obrigação fazer reunião mensal, balanço e prestação de contas. Eu conheço um pouco esse modelo também.

Esta cooperativa tem um conselho fiscal composto de quantos membros?

**O SR. NILSON FERNANDES** - São seis membros da antiga gestão ainda. Só foi trocado o diretor executivo.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Da antiga gestão, que andou aprovando um monte de conchavo e vocês mantêm o mesmo conselho fiscal?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não houve candidatos para substituir eles.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - A próxima pergunta - solicito, Sr. Presidente, que os nobres deputados prestem atenção -: quantos sócios tem a cooperativa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - A cooperativa vem sendo solicitada, cotidianamente, a retirada das suas DAPs. Na verdade, não encontrei documento que comprove sócios cooperados na cooperativa. Simplesmente são as DAPs como cooperado-fornecedor. Cooperado, sócio não.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Porque na antiga lei das cooperativas, para você formar uma cooperativa teria de ter, no mínimo, 21 membros. Senão, você não conseguiria formar cooperativa. Porque a Coaf é antiga. Tem uma nova lei agora de cooperativa que você pode criar cooperativa de produção e de serviço, que trabalha em serviço, que pode ser criada com sete pessoas. Essa lei é de 2013 para cá. A Coaf existe desde 2013 e, então, tem de ter no mínimo 21 sócios da Agricultura Familiar para compor a direção da cooperativa.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Todos pediram para sair.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Todos pediram para sair?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Todos pediram para sair.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Quantos dirigentes são na direção da cooperativa no total?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Hoje, quem está encarando e tentando fazer acontecer, são somente cinco cooperados.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Cinco cooperados são os cinco dirigentes?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Exato.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Mais o Conselho Fiscal: três titulares e três suplentes.

**O SR. NILSON FERNANDES** - Sim.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - OK. A partir então da sua gestão agora, o senhor quer fazer um trabalho sério, e eu sou um defensor do modelo cooperativista. Por conta da Operação Alba Branca, toda a documentação que havia na cooperativa foi aprisionada, está presa?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Isso.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Mas o senhor, como presidente, pode requisitar cópia dos documentos para começar a fazer auditoria fiscal. O senhor já requisitou isso junto ao Ministério Público? Está requisitado?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Está.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Eu queria sugerir ao deputado Alencar, que é membro efetivo da Comissão - como não sou membro -, que nós também tínhamos que requisitar, fazer requerimento de cópia de todos esses documentos da Coaf, além da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Porque fiscal consegue dar o nó, e telefone não, você pega muito telefone.

Acho então que, além disso, tem de requisitar, deputados Alencar, Barros Munhoz e todos os membros, junto ao Ministério Público, cópia de todos esses documentos para aprofundarmos as investigações.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Também estou de acordo, correto.

Sr. Presidente, eu quero...

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Deputado Barros, só...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Desculpa.



**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Eu permito um aparte a Vossa Excelência.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não, pensei que tivesse terminado. Desculpa.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Você sabe por que a Coaf perdeu a filiação na Ocesp? Nós não concordamos com isso, mas no estado de São Paulo existe uma lei - diz ser um conchavo entre a OCB, Ocesp e alguns órgãos públicos, quero deixar isso muito claro, e Barros discorda de mim -, a de nº 12.226, que trata e obriga as cooperativas, para poderem disputar uma licitação, uma chamada pública, serem filiadas na Ocesp. Essa é uma reivindicação da Ocesp.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Queria um aparte até em favor da sua tese.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Sim.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu queria lamentar profundamente o comportamento da Ocesp nesse caso, nesse affair. Ela quer ter o direito de as cooperativas só poderem funcionar no estado de São Paulo com a autorização dela. O que ela faz quando vê uma cooperativa evidentemente falsa como essa? O que ela fez até agora? Isso está nas manchetes aí.

Dr. Edivaldo Del Grande, eu faço aqui publicamente uma indagação ao senhor. E nós precisamos rediscutir o papel da Ocesp a partir desta CPI. Nós precisamos rediscutir o papel da Ocesp. Eu sempre defendi que houvesse filiação, mas na crença, como era no meu tempo, de que a Ocesp fiscalizasse e não deixasse proliferar. Agora eu vejo a omissão da Ocesp. Parabéns.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Deputado Barros Munhoz, o senhor sabe que a Coaf não é a primeira dentro da Ocesp. Aliás, o que tem de “cooperगतos” no Brasil, e filiados à Ocesp...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Para concluir, deputado Barba.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - É para contratar sem carteira assinada, para fazer todo tipo de fraude trabalhista que pode.

Só para concluir. Vocês hoje são filiados na Ocesp, ou não?

**O SR. NILSON FERNANDES** - Não.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Não? Muito obrigado. Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente, com essa ressalva que acho, apesar de não ser membro da Comissão, que a Comissão tem de requisitar do Ministério Público cópias de todos os documentos apreendidos, para que possamos aprofundar essa investigação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Dando prosseguimento, temos mais dois inscritos. Não sei se vão utilizar o tempo, fui informado de que abririam mão. Não sei, vou consultar.

Deputado Enio Tatto? Vossa Excelência quer utilizar o seu tempo?

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Quem informou V. Exa. de que eu abriria mão?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Eu tive uma informação e é por isso que estou perguntando a Vossa Excelência, estou indagando. Tem V. Exa. o tempo cravado de cinco minutos.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Está legal. Quando der 15 o senhor me avisa?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Com certeza. Cinco minutos e 15, vou dar 15 segundos a mais para Vossa Excelência.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos os membros da CPI. Eu não consigo acompanhar a todos os depoimentos aqui, mas vamos nos informando na medida em que os depoentes vêm aqui, que façam depoimento, e vamos acompanhando também o papel dos deputados aqui.

Eu ia cumprimentar o Sr. Nilson. Eu também fui agricultor, trabalhei até os 18 anos de idade - fui boia-fria até os 18 anos - no oeste do Paraná, em Corbélia. Olho para o seu rosto e sinto que é um trabalhador rural, um pequeno proprietário. Aliás, não é pequeno proprietário, nem isso é. Sabemos que é um cara sofrido da roça, da chuva, do sol, de trabalhar à noite. E eu só me animei a falar hoje - eu ia abrir mão, realmente, do tempo - depois que o deputado Barros Munhoz fez esse showzinho, que ele faz todos os dias aqui. Parece que é um teatro para chamar atenção. Eu acho que é um desrespeito com o senhor.

Deputado, eu vou prestar bastante atenção na sua atuação quando chegarem as autoridades do estado de São Paulo aqui na CPI. Vou prestar atenção. Não adianta, o senhor não vai colher amora em pé de jabuticaba. Dali o senhor não vai tirar nada porque não tem o que tirar. Ele acabou de falar - falou aqui - que assumiu em fevereiro ou março, que foi eleito pelos verdadeiros cooperados da cooperativa. Se o senhor parte desse pressuposto.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Acabou de dizer que não tem nem 21.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Eu fico imaginando, se não tem nenhum cooperado, como que a Secretaria do Estado de São Paulo da Educação teve relação com uma cooperativa dessa que não existe.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Porque ela apresentou um documento falso.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Eu imagino que o Sr. Nilson não poderia ter informações suficientes a prestar aqui, mas acho que o Sr. Padula da Secretaria da Educação deveria ter informações sobre a cooperativa, e de onde estava comprando e negociando. (Manifestação dos presentes.)

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Não se faz um contrato de 13 milhões sem saber com quem estava contratando.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Estamos aqui para politizar, deputado.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - A verdade dói. Aqui é uma Casa política e temos de politizar.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, eu solicito que V. Exa. encerre essa reunião, que não está acrescentado nada à CPI. (Manifestação dos presentes.)

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - O senhor vai cortar a fala do deputado Enio Tatto, é isso? (Manifestação dos presentes.)

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - A hora...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputado, eu vou respeitar o tempo do nobre deputado.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - ...de dispensarmos o depoente, ou informante... ouvindo o próximo.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Três minutos. Dois minutos.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Eu quero continuar e não quero ser interrompido. Eu acho que um senhor, “Moita”, chefe do secretário Edson Aparecido, que trabalhava ao lado da sala do governador, deveria saber da situação da cooperativa. Deveria saber.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Se eles tiverem culpa, quero o Padula na cadeia e quero o “Moita” na cadeia também. Essa não é a discussão.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Se o senhor quer um pouco mais de emoção na CPI, e aí foi uma decisão de vocês, deveriam chamar alguém da cooperativa, chamar alguém do governo e chamar um político.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Já foi aprovado isso.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Aí vocês iriam ter emoção.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O presidente não está aqui, o efetivo, desculpa, deputado Enio, essa semana. Mas na semana que vem vão ser chamados.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Todos serão chamados.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Está tudo aprovado.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Está no plano de trabalho. Todos serão convocados.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Deputado Alencar Santana, estou percebendo o seguinte. Estão chamando todos os “bagrinhos” da cooperativa porque o “bagrão” veio aqui hoje e não pode falar...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não quis falar.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Porque tem proteção. Quando a Corregedoria chamou para essa apuração foi para proteger aqueles realmente culpados. Esse então não pode falar. Agora vem um trabalhador, é humilhado aqui e os grandes não são chamados por enquanto. Acho que deveria começar a chamar alguém da cooperativa e alguém ligado à Secretaria do Governo do Estado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Já está aprovado, deputado. Vai ser chamado.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Mas intercalar, mesmo que depois tenha que chamar novamente.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, está na hora de nós encerrarmos e darmos continuidade, ouvindo o próximo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, tem um deputado falando! Nós não podemos interromper a fala dele.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Vossa Excelência tem ainda dez segundos.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sabe o que é? É uma tática, estamos percebendo. Chama o pessoal das cooperativas, começa a desqualificar a CPI, os depoimentos, para dizer que isso aqui não vai virar em nada. Vai virar sim! A imprensa está acompanhando, os estudantes, os movimentos sociais estão acompanhando e, principalmente, em qualquer lugar que nós vamos, em conversas sobre a CPI, eles estão acompanhando esse processo da merenda no estado de São Paulo. Isso então vai acontecer. Agora, realmente, tem de começar a chamar - e acho que vão chamar - as pessoas que tenham alguma coisa a acrescentar na CPI. É chamar as autoridades do Estado, é isso que temos de saber.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Deputado Enio Tatto, o senhor pediu que eu avisasse, o tempo de 15 segundos já passou.

Eu gostaria de consultar o deputado Delegado Olim se V. Exa. vai usar da palavra, uma vez que está inscrito.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Não. Não aguento mais ouvir esse cidadão falando. Obrigado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Duas questões de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Quais são?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A primeira é sobre o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - O requerimento será votado no final. Nós temos uma pauta de requerimento para ser analisado no final da reunião, como acontece em todas as reuniões.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Não. O requerimento que nós apresentamos agora tem duas...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB -** Está aqui e será incluído na pauta no final da reunião.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Sr. Presidente, o deputado Barros falou sobre a pauta da semana que vem, e foi dito pela assessoria da Comissão que um dos pedidos de informação que pedi está na pauta da próxima semana. Gostaria que essa pauta fosse publicada para nós.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB -** Essa pauta será publicada na hora certa, nobre deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Tem gente que sabe, e por que nós não podemos saber?

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB -** A Secretaria está ainda recebendo os requerimentos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Se o deputado Barros já sabe quem vai ser ouvido.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB -** Não, pelo amor de Deus!

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB -** A pauta é sempre publicada.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** A oposição não saber...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB -** Ninguém sabe dessa pauta, nobre deputado. Nós vamos dispensar a testemunha. Vamos dispensar o Sr. Nilson.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Qual é a questão de ordem, deputado?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sobre a pauta, falar sobre os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - A pauta será liberada. Os requerimentos que estão aqui serão votados no final da reunião. Tem uma pauta aqui, V. Exa. tem em mãos a pauta de hoje.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A pauta de hoje eu sei.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Vamos inserir, e isso é prerrogativa do presidente, de inserir os pedidos de hoje, e vou inserir os requerimentos de hoje.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - OK.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Poderia deixar para o presidente inserir na semana que vem.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É que falaram que, se ia ter pauta da semana que vem, gostaria de ter acesso, se tiver.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - A pauta da semana que vem o senhor vai ter acesso, ela será publicada.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas na véspera. Se o governo tem acesso antes, a oposição tem na véspera...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não temos acesso nenhum.



**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nós vamos dispensar o Sr. Nilson. Muito obrigado, Sr. Nilson.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, eu só queria fazer um requerimento, de que conste na ata desta reunião de hoje o meu pedido para se oficializar ao Juízo de Bebedouro, para tomar as providências criminais contra esse falso depoimento do Sr. Nilson.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Será colocado em Ata. Eu vou suspender a reunião por 5 minutos para ouvirmos depois o Sr. Adriano Miller. Esse depoimento será reservado, portanto esta Presidência solicita que a imprensa, infelizmente, não poderá continuar aqui, nem tampouco os nossos amigos que compõem o público desta CPI. Por gentileza. (Manifestação dos presentes.)

- Está suspensa a reunião.

\* \* \*

- Realização de reunião reservada com o Sr. Adriano Miller Aparecido Gibertoni Mauro.

Após, a reunião é reaberta e torna-se pública novamente.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Antes de caminharmos para o encerramento, temos alguns requerimentos que precisam ser votados e gostaria de contar com a ajuda dos nobres membros desta CPI.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Gostaria de pedir vista do requerimento do Item 3 e do Item 4.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Item 3 e Item 4, deputado Carlão Pignatari.

Ficamos então com o Item 1, que é uma solicitação do deputado João Paulo Rillo, Requerimento nº 10, de 2006, anexado ao Requerimento 42, de 2006, do deputado Carlão Pignatari, que requer a convocação do Sr. Yuri Keller Martins,

membro da Comissão de Credenciamento do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno, da Cise - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares, do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno da Secretaria Estadual da Educação para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2, de autoria do deputado Alencar Santana Braga e do deputado Luiz Turco, Requerimento nº 80/2016, requer a convocação do Sr. Sebastião Misiara, presidente da Uvesp, União dos Vereadores do Estado de São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento nos contratos de fornecimento da Merenda Escolar, execução forjada e pagamento de propina.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Gostaria de informar a V. Exas. que os requerimentos que forem entregues hoje, até a título de respeito aos demais membros da Comissão, e de outros deputados também, uma vez que durante a realização dessa reunião outros requerimentos foram protocolados na Secretaria... O deputado João Paulo Rillo protocolou uma série de requerimentos, e outros deputados, e eu gostaria de informar a V. Exas. que esses requerimentos serão pautados para a próxima reunião.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Sr. Presidente, o senhor disse que esses dois seriam pautados hoje.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nobre deputado Carlão Pignatari, eu não tenho nenhum problema em pautá-los hoje. Estou só querendo que permaneça a regra do presidente desta Comissão, uma vez que eu sou vice-presidente, e estou hoje, acidentalmente, assumindo a Presidência. E o deputado Zerbini tem...

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Vossa Excelência foi muito bem na condução do processo.

**O SR. PRESIDENTE - SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Eu agradeço.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, foi feito um acordo entre todos os deputados que estavam.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Nós vamos só ressaltar aqui que poderemos estar abrindo um precedente para as próximas reuniões. Eu gostaria de contar com a colaboração...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Se houvesse acordo... Vossa Excelência tem razão. Se alguém discordar, fica para a pauta seguinte, mas como houve acordo...

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - São dois...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O deputado Barros sugeriu uma diligência em Bebedouro e nós sugerimos que...

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Ou peça a informação do sigilo, ou quebre o sigilo.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Eu me coloco contrário.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Não havendo consenso, os requerimentos ficam para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião. Obrigado.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*